

POLITIKA

RIO, DE 1 A 7 DE ABRIL DE 1974

ANO III - NÚMERO 122 - Cr\$ 3,00

* "Debates" - até o 15

* F. 103-104-107-111-115-117-119-120

Lafayette Prado:

**TRANSPORTE
DE
MASSAS**

Gilberto Paim:

**ESTABILIDADE
E FUNDO
DE GARANTIA**

CÉLIO BORJA:

**A CHANCE
DOS PARTIDOS
POLÍTICOS**

Nilson:

**SUCESSÃO EM
SÃO PAULO**

Murilo Marroquim:

**VIAGEM PELO
NORDESTE**



OS PARTIDOS POLÍTICOS E A DEMOCRACIA BRASILEIRA



CELIO BORJA POSSIBILITOU UMA DESCOMPRESSÃO NAS ELEIÇÕES DAS COMISSÕES, MAS MANTÉM A REDEA CURTA DA DISCIPLINA PARTIDÁRIA E DO VOTO DE LIDERANÇA

O líder do Governo na Câmara, deputado Célio Borja, defende a necessidade de o Congresso se tornar "o órgão central de um sistema nacional de debates", frisando, também, que "é fundamental que o MDB aceite seu papel de oposição leal, e não menos importante é que a Arena se disponha a ouvi-lo".

Condenando qualquer forma de radicalismo, pois "ele não é uma virtude que o povo reconhece como tal e pode prejudicar qualquer partido", o líder do Governo quer que a oposição venha a exercer suas atividades "sem risco para a estabilidade política, associando-se ao processo de desenvolvimento material e moral do País". Nas suas primeiras atuações como líder da maioria, o que se viu foi que um vento de certa descompressão passou a soprar nos corredores e plenário da Câmara: o MDB aceitou a mão estendida, embora deixando bem claro de que não abdica do seu direito de crítica e fiscalização dos atos governamentais. Por outro lado, no episódio das eleições para presidente e vice-presidente das comissões técnicas, se reviveu um autêntico clima eleitoral a que a maioria dos deputados estavam já desacostumados: a eleição livre movimentou a todos, com telefonemas, pedidos de votos, recomendação de candidatos, com a vitória de alguns tidos como minoritários e com os francamente preferidos reclamando da derrota.

Célio Borja foi escolhido pessoalmente pelo presidente Geisel e vai funcionar de fato como o representante dos interesses do Executivo na Câmara. Apesar de ter começado sua gestão de líder com o critério de livre escolha, dando ampla liberdade aos seus liderados, ele não permitirá entretanto, a diluição do poder da bancada majoritária. Assim, assinaturas de parlamentares arenistas numa lista do MDB para a criação de uma CPI que não seja do interesse do governo estão fora de cogitações:

— Não incumbe à bancada majoritária suprir um número que a Oposição não tem. Isso cabe ao voto popular. É ele quem decide nossas posições dentro do Congresso. E foi também avisando: "Admite-se qualquer discussão interna da bancada, mas depois de ter sido tomada a decisão é preciso que todos a sustentem no plenário.

Além disso, informou que não abrirá mão do voto de liderança — quando o líder ou o vice-líder vota por toda a bancada — pois "é universal".

Homem de partido, cômico dos princípios da disciplina partidária e do papel que a Arena tem a cumprir como partido do Governo, o líder Célio Borja tem tudo para levantar o Poder Legislativo, particularmente a Câmara: o apoio irrestrito dos seus liderados, o diálogo com a Oposição e a confiança do presidente Geisel.

Estudioso dos problemas sócio-políticos brasileiros, deputado dos mais atuantes, analisa aqui o papel que os partidos políticos brasileiros têm a cumprir na atual fase da vida política e do desenvolvimento brasileiro.

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB) E A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA), TAL COMO OS PARTIDOS QUE EXISTIAM ANTES DE OUTUBRO DE 1966, TÊM ORIGEM EM UM FATO POLÍTICO REVOLUCIONÁRIO, E NÃO RESULTARAM DE UMA LONGA SEDIMENTAÇÃO HISTÓRICA.

Os partidos políticos são, no Brasil, pessoas jurídicas de direito público interno e, por isso fogem ao molde comum às associações de direito privado. Inserem-se, antes, na própria estrutura do Estado, como instrumento do governo representativo e têm a sua existência e o seu funcionamento disciplinados na Constituição Federal (art. 152 da Emenda Constitucional n.º 1) e na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n.º 5.682/71).

O Estado liberal cujos postulados a Escola Clássica francesa expôs e defendeu, concebia os partidos políticos como meras manifestações do direito individual de associação e de livre manifestação do pensamento, ou como um prolongamento do direito político de sufrágio.

Teoricamente, ficaria no domínio reservado à vontade individual, constituir ou não partidos políticos, presumindo-se, pois, que o regime representativo poderia deles prescindir, bastando ao seu correto funcionamento a existência de representantes do povo reunidos em uma instituição de natureza pública que é o Parlamento.

Deve-se à Escola Alemã a crítica a essa concepção. Entendiam os publicistas germânicos que o voto não é, apenas, um direito, mas um dever jurídico, uma vez que o seu exercício é indispensável para a integridade do Parlamento que é órgão do Estado; essencial, portanto, para a integridade do mesmo Estado.

Essa linha de pensamento alcançou o partido, como instrumento de manifestação da opinião política do País e de disciplina do trabalho parlamentar.

Dai a previsão constitucional da existência dos partidos e o aparecimento do sufrágio obrigatório que, no dizer de DUGUIT, constitui uma nova categoria jurídica: a do direito-dever.

Como órgãos formadores da opinião pública, surgem os partidos também nos Estados que não admitem o Governo representativo. Exemplo conspícuo é o Partido Comunista da União Soviética, logo imitado pela Itália fascista e a Alemanha nazista, e, ainda, por alguns Estados africanos, nos quais o partido único detém o monopólio da educação política do povo e o da indicação dos cidadãos para o exercício de cargos públicos.

Instrumento do Estado totalitário, o partido político único não se propõe veicular a opinião e as aspirações populares até as alturas em que se si-

tuavam os governos. Mas, em tornar eficazes as diretrizes unilateralmente emanadas dos supremos dirigentes do País.

Atenta à diferença substancial que separa os partidos no Estado Democrático, dos que existem nos regimes totalitários e de ditadura de classe, a Constituição em vigor, repetindo a de 1946, coloca a pluralidade partidária como requisito essencial da forma política que adotamos (artigo 152, I).

OS PARTIDOS SÃO ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

No regime democrático, a personalidade pública reconhecida aos partidos políticos não tem por escopo transformá-los em órgãos dos governos, mas assegurar-lhes um "status" e uma proteção legal compatíveis com a alta missão que são chamados a desempenhar como instituições geradas pela própria sociedade e nascidas da iniciativa dos cidadãos.

Com efeito, a Constituição e a Lei exigem o apoio de um número mínimo de eleitores para que se possa constituir um partido. E o ato jurídico respectivo se submete a registro perante o Poder Judiciário, vedada a participação do Poder Executivo, assim na constituição, como na organização das agremiações políticas.

A tutela jurisdicional acompanha os partidos ao longo de sua existência e a ordem jurídica em vigor retira da jurisdição do Executivo os votos e fatos da vida partidária que são submetidos, exclusivamente, à Justiça Eleitoral.

ASPECTOS MATERIAIS OU POLÍTICOS DOS PARTIDOS BRASILEIROS

Quando afirmávamos, acima, que os partidos são gerados pela própria sociedade, não nos queríamos limitar, apenas, a enunciar um princípio normativo e formal, mas tínhamos em mente uma lei social, de larga repercussão na vida brasileira.

Refiro-me à questão da representatividade dos partidos, a qual se pode aferir tanto pelas suas origens, como pela sua composição e atuação.

No Brasil, costuma-se classificar os partidos em nacionais e estaduais. Os primeiros existiram no 2.º Reinado e no período iniciado com a Revolução de 1930. Os estaduais ou locais, durante a 1.ª República. Estima-se que os movimentos de opinião surgidos às vésperas da Independência, no 1.º Reinado e na Regência, não eram verdadeiramente partidos — embora, assim, muitas vezes se denominassem — pois lhes faltavam os traços de permanências e organização.

Os que hoje existem têm, indiscutivelmente, atuação nacional e, portanto, devem ser estudados, quanto à sua representatividade, na escala correspondente.

A REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), tal como os partidos que existiam antes de outubro de 1966, têm origem em um fato político revolucionário, e não resultaram de uma longa sedimentação histórica.

Assim como o PSD, a UDN, o PTB, o PL nasceram da alternativa de mudar ou conservar o Estado Novo, suas leis, seus estilos e seus objetivos, também os partidos de hoje são frutos da necessidade de definir-se a população diante de um acontecimento político que constitui um marco histórico: a Revolução de Março de 1964.

Antes mesmo de extintos por força do Ato Institucional n.º 2, já os antigos partidos sentiam aluir-se à sua coesão por efeito dos acontecimentos de 1964.

A lei precipitou, apenas, a reorganização que viria lentamente e obrigou os cidadãos — sobretudo os investidos de mandatos de representação — a uma definição coletiva em face da história, que já se vinha processando no nível individual e de maneira quase anárquica.

A circunstância de terem sido fundados e organizados por parlamentares, sem necessidade do apoio de eleitores — como aos demais partidos se exige — teria comprometido a autenticidade da representação da



ELEIÇÕES: O DIREITO DE ESCOLHER

ARENA e do MDB, segundo a opinião de muitos que viveram aqueles episódios.

Penso, contudo, que tal circunstância não compromete a legitimidade sociológica dos dois partidos, porque não eram apenas os políticos e os parlamentares que se viam confrontados com a imperiosa necessidade de se definirem diante do fato histórico.

A História, verdadeiramente, batia às portas de toda a Nação. Os operários e os patrões enfrentavam, então, as contingências de uma nova política econômico-social; a estrutura do serviço público e o seu custeio e funcionamento eram reformados; uma nova política de desenvolvimento regional era posta em execução, podendo prever-se o fim do antigo sistema getuliano que resistira à Constituição e às forças políticas de 1946.

Mas é irrecusável que a perplexidade do povo e dos políticos — sobretudo das lideranças — dificultou o alinhamento partidário do eleitorado.

Nas eleições de 15 de novembro de 1966 a opção parecia resumir-se, ainda, para muitos, entre fortes personalidades da vida pública e, não, entre o velho e o novo sistema político e econômico-social.

Por isso mesmo, os quadros dos dois partidos manifestavam certa tendência ao equilíbrio, embora a superioridade numérica da ARENA.

Mas a confusão da sua própria origem gerou o desastre de dezembro de 1968 porque impediu que o Partido que se solidarizara com a política que, Governo entendesse claramente que, então, estava em jogo a viabilidade do regime representativo no Brasil.

Se quanto à sua origem, os partidos são historicamente legítimos, não o são menos quanto à sua composição, porque neles se encontram toda a gama das idéias e dos interesses da Nação.

A sua fraqueza reside na sua atuação.

Não me quero referir à carência de meios a que se pretende pôr cobro, regulamentando-se a utilização dos recursos do Fundo Partidário já instituído em lei.

Em verdade, faltam-lhes os meios porque o sistema político brasileiro mudou sem que, disso, ainda uma vez, a Nação se desse conta e, com ela, as lideranças políticas, no Executivo e no Legislativo.

A REALIDADE BRASILEIRA E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Fomos, até há pouco, um arquipélago cultural e econômico, social e político. A obra ingente e magnífica de unificação do Brasil, empreendida pelos estadistas do Segundo Reinado, perdeu-se, em grande parte, com o exacerbado federalismo da primeira República.

Em razão disso e, também, da formação histórica luso-brasileira, a nossa vida política e o processo eleitoral sempre tiveram base municipal.

Nenhuma eleição geral, nenhum ato importante da vida partidária podia prescindir desse importantíssimo condicionamento.

Somente os governos dos Estados podiam, de alguma maneira, contrabalançar a força extraordinária representada pelas personalidades locais que faziam e, ainda fazem, as eleições e arregimentam o eleitorado para os partidos.

Tal situação fora estigmatizada, no Império, no conhecido **sorites** de Nabuco de Araújo: a maioria parlamentar faz os Ministros; os Ministros fazem os Presidentes de Província que, por sua vez, fazem os delegados de polícia que fazem as eleições nas quais se faz a maioria parlamentar...

Os Presidentes de Província, nomeados pelo Imperador, estavam a serviço dos interesses nacionais que deveriam fazer preponderar sobre os de natureza local. Com o advento da Federação e da República, os Governadores dos Estados, eleitos pelos homens de prestígio local, antepõem aos deveres para com a Nação os compromissos assumidos com o particularismo regional e municipal.

A inversão da tendência, após 1964, colheu despreparados o eleitorado e os partidos.



FOMOS ATÉ POUCO TEMPO UM ARQUIPÉLAGO CULTURAL E ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO. A OBRA INGENTE E MAGNÍFICA DE UNIFICAÇÃO DO BRASIL, EMPREENDIDA PELOS ESTADISTAS DO SEGUNDO REINADO, PERDEU-SE, EM GRANDE PARTE, COM O EXACERBADO FEDERALISMO DA PRIMEIRA REPÚBLICA.

O avanço do processo de urbanização, que já se transferiu para o anonimato e a liberdade das cidades 56% da população brasileira; a hegemonia política e financeira do Governo Federal do qual dependem todas ou quase todas iniciativas de interesse regional e local; tudo isso está a exigir que os partidos reformulem a sua maneira de atuar e a própria concepção do papel que lhes cabe no processo político brasileiro.

OS NOVOS ESTILOS DE ATUAÇÃO PARTIDÁRIA

A atuação dos partidos pode ser dividida em duas áreas distintas mas de indiscutível influência recíproca. Agem eles junto ao eleitorado e aos governos, sobretudo através das suas representações parlamentares.

OS NOVOS ESTILOS DE ATUAÇÃO JUNTO AO ELEITORADO

O processo de urbanização a que antes nas referimos, já não se compadece mais dos estilos de vida partidária e arregimentação e promoção eleitoral próprias da estrutura política descentralizada e municipal até há pouco predominante.

Então, o vínculo que se criava entre o eleitor, o partido e a sua representação parlamenatr era, essencialmente, **particularista**, tanto no que se diz respeito a interesses, como no que concerne à atuação do deputado ou senador.

Tal vínculo se constituía de sucessivas transferências de responsabilidades: o eleitor confiava às personalidades prestigiosas do seu círculo político, a escolha dos que iam ocupar os cargos públicos eletivos — inclusive os administrativos, de livre nomeação — e, através desses intermediários, esperava que os seus interesses pessoais e os locais viessem a ser atendidos no futuro.

O coronelismo, identificado em obras clássicas da literatura política brasileira como a verdade sociológica de nosso sistema eleitoral, partidário e político, tinha nessa transferência sucessiva da confiança a sua pedra angular.

Os recursos para as eleições e os seus atos preparatórios — alistamento eleitoral, arregimentação partidária, convenções municipais, etc. — proviham, sempre, dessa mesma fonte ou constituíam responsabilidade comum aos chefes municipais e aos seus candidatos a postos eletivos.

Nos países anglo-saxões, essa medição é exercida pelas associações de toda sorte que existem no meio nacional: às universidades, as igrejas, os sindicatos, as sociedades pias, morais, artísticas e científicas fazem política habitualmente, tomando posição no debate de temas polêmicos da atualidade e patrocinando, inclusive com dinheiro, as pretensões eleitorais dos diversos partidos e candidatos.

No Brasil, onde o espírito de associação é débil, os partidos não podem contar com esses poderosos auxiliares, para motivar e mobilizar o eleitorado. E embora, lá e cá, os partidos hibernem nos períodos não-eleitorais, na Inglaterra e nos Estados Unidos, a atividade política se transfere, em tais momentos, para o seio mesmo das associações.

O apoliticismo entre nós passa por ser uma virtude que, nos estatutos de todas as agremiações, se manifesta na conhecida cláusula: "São vedados chefes municipais e aos seus cântico-partidárias"

Por isso mesmo, o eleitorado das cidades que já é, e por muito tempo será, a maioria, só pode ser alcançado, para efeito de alinhamento partidário e eleitoral, pelos veículos de comunicação de massas.

Solicitado por múltiplos apelos públicos, a mensagem política só o alcança e o tira da letargia mecânica em que ordinariamente vive, quando convocado a exercer o direito de voto.

A participação consciente e responsável, que todos reputam indispensável para o êxito do regime representativo, frustra-se na escolha semi-automatizada e semicompulsiva imposta pela propaganda caríssima de véspera de eleição.

Como remediar mal tamanho?

A preferência pela descentralização partidária e política manifesta-se, ainda uma vez, na pregação do voto distrital que tem em singulares e altíssimas figuras da vida pública brasileira suas vozes mais eminentes.

Contribui, também, para essa descentralização a indiscutível preferência dos parlamentares pela coincidência dos mandatos eletivos federais, estaduais, e municipais, porque, assim, se permite repartir o ônus da eleição



GEISEL FALOU CLARA E FRANCAMENTE, SEM QUE NINGUÉM PRECISE LER NAS ENTRELINHAS

e dos seus atos preparatórios por todos os protagonistas da cena política nacional.

Tanto a eleição por distrito quanto a coincidência geral das eleições, minimiza a custo; a primeira oferece, como vantagem suplementar, a possibilidade do contato imediato, direto e pessoal, do eleitor com o candidato.

Mas, uma e outra medida podem mediocritizar os quadros políticos e parlamentares, se as direções nacionais dos partidos, atentas à necessidade de dar à Nação e ao seu governo verdadeiros homens de Estado, não tiverem voz ativa e decisiva na confecção das chapas.

O direito eleitoral e as normas legais parecem, contudo, indicar outras soluções.

A legislação em vigor prescreve como dever dos partidos a promoção diuturna da educação política, através dos cursos de formação de quadros,



O APOLITICISMO ENTRE NÓS PASSA A SER UMA VIRTUDE QUE, NOS ESTATUTOS DE TODAS AS AGREMIÇÕES, SE MANIFESTA NA CONHECIDA CLÁUSULA: "SÃO VETADAS AS ATIVIDADES E AS MANIFESTAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS."

da propaganda do seu programa e da discussão dos temas de interesse geral.

Prevê, ainda, que tais atividades sejam custeadas por um Fundo Partidário — não regulamentado até a presente data.

É de lembrar-se, também, que a Instrução Moral e Cívica, introduzida recentemente no currículo das escolas de todos os níveis, deve concorrer para o aprimoramento da cultura política e a formação da consciência cívica.

Mas, penso eu, tais medidas, ainda que pudessem ser postas em prática, não resolveriam os problemas fundamentais dos partidos que são, basicamente, os de natureza eleitoral.

A educação e a formação políticas são deveres que a sociedade cumpre através das escolas; por intermédio dos partidos, ela organiza o governo democrático, isto é, o que promana da vontade dos cidadãos expressa nas urnas. Tanto por imperativo da divisão e especialização do trabalho social, como por não ser da sua natureza, os partidos não podem arcar com o ônus de uma estrutura tão complexa e dispendiosa, como a que se lhes exigiria se tivessem de desempenhar a contento missões para as quais estão aparelhadas outras instituições sociais.

De outra parte, o cuidado do bem público não é tarefa exclusiva dos partidos ou dos políticos, malhadamente agrupados em classe, no jargão quase marxista. Mas é dever de toda a sociedade e das instituições que nela existem.

Assim como os governos não poderiam arrecadar a receita tributária, se não dispusessem de milhares ou milhões de agentes em todo o território nacional, mas também os partidos nacionais necessitam do concurso de uma infinidade de auxiliares para encaminhar o eleitorado, que inclui milhões de pessoas, ao correto cumprimento dos deveres cívicos.

Não recusam os partidos — e seria suicídio fazê-lo — o dever da informação política que tem por objeto precípua as questões emergentes.

Mas, como cobrir o custo da administração e da execução de tão vasto empreendimento? Com as contribui-

ções voluntárias dos seus filiados? Com o adicional de um imposto direto? Facultando a dedução do imposto de renda das contribuições feitas aos partidos, utilizando a sistemática já adotada para os incentivos fiscais?

Seria, talvez, mais sábio irmos, gradualmente, adotando as soluções já indicadas:

- a descentralização eleitoral e política própria do voto distrital e da coincidência geral das eleições;
- o aprimoramento da cultura e da formação políticas do povo, por meio do ensino das escolas e universidades;
- o incentivo à participação consciente e responsável de todas as instituições sociais no processo de desenvolvimento político;
- a contribuição geral e voluntária de cada cidadão para a vida partidária e a manutenção de suas atividades.

OS PARTIDOS E A REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR

Há muito, os homens públicos brasileiros, pelas vozes mais autorizadas e respeitadas dentre eles, reclamavam o advento de uma nova atitude dos partidos em face de suas responsabilidades perante os governos.

Da confusão das legendas parecia resultar a indisciplina partidária, a sua eterna indefinição, a supremacia dos interesses pessoais ou particularistas sobre os gerais e os nacionais.

Adotado o bipartidarismo, defrontamo-nos com uma verdade olvidada; os partidos, instrumentos do governo democrático, são quotidianamente chamados nos parlamentos, a dizer sim ou não a medidas que concernem ao interesse nacional e ao geral de sua população.

Os debates ou iluminam e esclarecem o voto — que constitui o ato de vontade típico das representações parlamentares — ou não terão gerado nenhum efeito especificamente político ou jurídico.

E, ainda, os programas dos partidos, as suas plataformas, os seus princípios e o seu ideário só se justificam, politicamente, se se transfor-

nam em atos de governo, ou seja, em Lei ou em ato administrativo.

Tais efeitos só se alcançam quando as maiorias se entendem e se disciplinam, as representações parlamentares são fiéis ao mandato e este, antes de ser o prêmio concedido à notabilidade ou à benemerência individual, é o instrumento de afirmação do consenso dos cidadãos, alinhados sob os ideais, aspirações e interesses que se somam em um partido.

O instrumental jurídico — fidelidade e disciplina partidárias, código de Ética, supremacia dos órgãos e decisões nacionais sobre os diretórios estaduais e municipais e suas deliberações — todo esse instrumental está a serviço da estabilidade política que é condição precípua da estabilidade política que é condição precípua para que, sem sacrifício da liberdade individual e do direito de participação consciente, refletiva, responsável de todos os cidadãos, o País possa desenvolver-se no ritmo exigido pelas necessidades de sua população.

A coesão demonstrada pela maioria parlamentar e a sua solidariedade às deliberações do Partido são, a nosso ver, um índice seguro para o eleitorado e para a suprema autoridade pública — esta, investida hoje, como no nosso passado imperial, de poder moderador comprometido, exclusivamente, com os interesses permanentes do Brasil e do seu povo — de que o sistema partidária, se superados os obstáculos antes apontados, é capaz de obter o consenso em torno das medidas exigidas pelo bem público e dar ao País os quadros de que necessita para a eficiente direção do Estado.



LAERTE VIEIRA ACEITOU COM RESERVAS A MÃO ESTENDIDA DA ARENA

TRANSPORTE METROPOLITANO DE MASSAS

Segundo o consenso geral, persiste a idéia de que o conhecimento antecipado de insucessos nos países desenvolvidos permite prevenir os países em desenvolvimento, de forma a evitar reincidência de erros. No que concerne aos transportes, especialmente o transporte urbano, não é válido este conceito. Até o presente, não temos aprendido como queimar etapas e, muito menos, como nos desviar das sendas que, inexoravelmente, nos tangem à repetição de fracassos anteriormente registrados.

Exaustivamente, vemos os países em desenvolvimento — na medida que sua situação econômica passa a permiti-lo — marcharem céleres para a arquitetura do caos, semeando hoje o congestionamento e a poluição urbanos de amanhã, em seus centros mais densamente populosos.

Quem hoje visita Nova Iorque, onde diariamente circulam 3,9 milhões de passageiros em sua rede de "subways", com cerca de 370 km de extensão, dificilmente se estimula para aceitar aquele meio de transporte como solução única e adequada que poderia transplantar para sua metrópole. Em 1930, o metrô de Nova Iorque transportou 2,6 bilhões de passageiros, com a tarifa de US\$ 0,05. Em 1973, transportou somente 1,4 bilhão de passageiros, com a tarifa de US\$ 0,35. O "deficit" produzido em 1973 pelo sistema metropolitano de Nova Iorque foi da ordem de US\$ 200 milhões.

Seria fácil argumentar que o sistema citado já parece de visíveis condições de obsolescência, a par da inconveniência de traçado, deficiência de conserva e decadência das estações.



LAFAYETTE PRADO FOI DIRETOR GERAL DO DNER, NO GOVERNO IÂNIO E NO GOVERNO DE CASTELO BRANCO, PRESIDIU O GIIPOY





TRÂNSITO CAÓTICO SUFOCA AS CIDADES E AUMENTA POLUIÇÃO

Saltemos, então, do passado para o futuro. Examinemos o que ocorre com o metrô de São Francisco, mais conhecido como BART (Bay Area Rapid Transit). Com a construção iniciada em 1953, ao valor estimado em pouco menos de US\$ 800 milhões, ainda não chegou à operação total de seus 120 km, cuja estimativa atualizada de custo total já se elevou para US\$ 1,4 milhão. O sistema deverá entrar em operação plena no ano corrente. Para 1975, prevê-se que movimentará 200 milhões de passageiros, já incorrendo no "deficit" de US\$ 13 milhões. O "deficit" previsto para 1978 alcançará US\$ 28 milhões, duplicando-se, portanto, no curto período de 3 anos.

No caso de São Francisco, hoje reeditado pelo exemplo doméstico do Rio de Janeiro, não pode alegar envelhecimento ou obsolescência. Concentra-se ali o que há de melhor em experiência de transporte de massa e evolução tecnológica dos processos de construção.

Antes de estagiar, por uma semana, para conhecer

pessoalmente o BART de São Francisco, tive oportunidade de visitar, há pouco mais de 3 anos, a entidade incumbida da construção do metrô de Washington (Washington Metropolitan Area Transit Authority). Outra vez constatei a previsão de elevada dose de subsídio para a operação do sistema, ainda que, para sua construção, a entidade responsável tivesse revisado e aperfeiçoado a experiência anterior de São Francisco.

Os Estados Unidos da América do Norte não detêm o privilégio do transporte subterrâneo decadente e quase sempre sob operação deficitária. Como consultor individual do Banco Mundial para analisar a situação dos transportes no México, em 1970, participei de Missão que logrou dissuadir as autoridades municipais de Guadalajara de dar curso à construção de um sistema de "subway", instadas principalmente pelas ofertas de financiamento e de equipamentos de origem estrangeira.

Não se trata, obviamente, de combater o "subway" como solução aplicável sob

determinadas condições que o recomendem. Como obra de elevados custos de construção e operação, às vezes agravados pela lentidão com que são entregues ao tráfego, os sistemas de "subway" não podem constituir solução isolada, dentro do contexto dos transportes. Pelo contrário, sua possibilidade de êxito ocorre exatamente quando pode drenar demandas afluentes segundo outras modalidades e prover o deslocamento rápido, seguro e econômico, conforme linhas de preferência mais densas.

Este é o caso da linha de Lindenwold, com cerca de 23 km, ligando Filadélfia aos subúrbios de Nova Jérsei. Esta linha, ostentando invulgar padrão de tecnologia avançada e servindo-se das faixas de domínio de "subway", pontes e ferrovias, movimentada diariamente 42.000 passageiros, sendo totalmente sustentada pelas tarifas coletadas.

Os problemas de transporte urbano, contudo, não se restringem ao meio subterrâneo. No transporte de superfície, igualam-se os países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto aos altos índices de congestionamento, poluição e deseconomia em suas áreas metropolitanas. Em Nova Iorque, Tóquio, Caracas ou Rio de Janeiro, independente dos diferentes estágios de desenvolvimento, passageiros e pedestres são igualmente afetados.

Data de época recente a tomada da consciência de que o problema dos transportes urbanos requer algo mais que o gradativo melhoramento de vias, ampliação de capacidade e crescente incremento de investimentos, para alcançar condições adequadas à economia e ao bem-estar social. Tão recente é a atenção voltada para o tema, que as agências internacionais de financiamento, tradicionalmente dedicadas à prestação de assistência técnica aos países com menor grau de desenvolvimento, até hoje permanecem tímidas e cautelosas, neste particular, evitando o risco de atender desprevenidas a convocações que requeiram um "know-how" inatingido.

Evidenciado que estamos enfrentando problemas de

transporte urbano, simultaneamente com os países mais desenvolvidos, que ainda não conseguiram respostas para a maioria de nossas perguntas, cabem sérias reservas quanto às ofertas de assistência técnica neste setor, oriundas de onde quer que sejam, quando o objetivo claro é a importação de soluções pré-fabricadas. Mesmo no campo do planejamento, como veremos a seguir, o aspecto multidisciplinar e as características e parâmetros de ordem psicossocial o afastam bastante das rotinas da ciência aplicada. Prevalece, portanto, a advertência quanto à importação indiscriminada de "know-how", ao contrário dos demais problemas de transporte, positivamente irrigados com o intercâmbio e absorção de métodos e tecnologias do exterior.

Pluralidade de Responsáveis

Parece pacífico, no entendimento dos estudiosos, que o transporte urbano é matéria que não comporta análises e soluções isoladas. Especialmente nas áreas metropolitanas, oneradas com crescentes concentrações populacionais e dotadas de terras de alto valor aquisitivo, a disciplina dos transportes depende visceralmente do conjunto multidisciplinar, onde compõem também Saúde e Saneamento, Habitação, Educação, Ecologia etc.

É óbvio que esta afirmação não limita a conveniência de soluções imediatas, para a ruptura de gargalos opostos à circulação de bens e pessoas. A adição, indiscriminada e sucessiva, de boas soluções parciais, improvisadas ao acaso das necessidades, contudo, leva a um todo deficiente, às vezes irreversível, a menos que tenham como pano de fundo uma visão antecipada do conjunto, estabelecido como a longo prazo e periodicamente reajustado.

O Brasil tem enfrentado o problema dos transportes nas áreas metropolitanas com alta dose de confusão e baixo índice de eficácia. Decomposto o desenvolvimento urbano segundo setores distintos e estanques, degradados os problemas financeiros na ordem inversamente proporcional à da hierarquia política, o desenvolvimento ur-

bano, e "ipso facto" o transporte, dificilmente preparado para enfrentar o desafio de nosso futuro.

Na órbita federal, tem ingerência direta sobre os problemas urbanos mais de uma dezena de entidades distintas, vinculadas a diferentes Ministérios; segundo levantamento recente do economista Josef Barata:

Ministério do Planejamento:

Secretaria de Orçamento e Finanças — SOF
Secretaria de Articulação com Estados e Municípios — SAREM
Financiadora de Estudos e Projetos S.A. — FINEP

Ministério do Interior:

Secretaria Especial do Meio-Ambiente — SEMA
Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU
Banco Nacional de Habitação — BNH
Superintendências Regionais (SUDENE, SUDAM, SUDECO, etc)

Ministério dos Transportes:

Empresa Brasileira de Consultoria de Transporte — GEIPOT
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER
Departamento Nacional de Estradas de Ferro — DNEF

Ministério da Educação

• Cultura:

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN

Teoricamente, o problema de desenvolvimento urbano se inscreve dentro das atribuições municipais. No caso de São Paulo, a área metropolitana abrange 37 municípios, variando a estrutura política de cada administração municipal em suas subdivisões. Há que crescer a interferência do Governo do Estado, com suas secretarias de Transporte, Planejamento, Fazenda, FEPASA, DER-SP, DERSA, etc, bem como todas as demais entidades dedicadas às outras disciplinas.

É evidente a impossibilidade física de que o processo de análises, negociações e acordos, sob esta miríade de órgãos, apresente resultados práticos, econômicos e, sobretudo, oportunos. O jogo de

tantos elementos, conquanto apreciável, exercício para análise combinatória no campo da matemática, é insuportável como campo de ação político-administrativa e econômica.

Carece, portanto, de imediata disciplina o desenvolvimento urbano que hoje, dispondo de tantos pais, é na realidade tão órfão quanto os contribuintes mal servidos.

Desgraçadamente, o desenvolvimento urbano harmonioso, racional e econômico ainda constitui quimera do planejador, sempre que o objeto apresenta populações maiores. As soluções válidas para o problema-miniatura infelizmente não se ampliam com eficácia quando transportadas para os embriões das macrópoles.

Exemplo recente, em plena era do automóvel, ofereceu-nos Brasília, com menos de três lustros. Com sua ocupação desviada do sonho do brilhante urbanista Lúcio Costa, a Nova Capital já enfrenta sérios problemas de congestionamento, ainda, que, ao contrário de Belo Horizonte, fosse alcunhada pelo Poeta como a "Cidade sem Esquinas".

Não cabe neste trabalho e muito menos nos eventuais méritos do autor a tentativa de delinear com segurança o remédio para o caos do planejamento urbano, ora duramente refletido nos obstáculos contra o livre trânsito, o desfrute das horas de lazer, a economia da circulação, a segurança e demais requisitos das grandes populações. Sem embargo, parecem óbvios alguns pontos, que se podem enunciar preliminarmente a qualquer ensaio de solução:

— Dado o vulto dos investimentos requeridos para a conjugação dos transportes com os demais requisitos do desenvolvimento urbano, em áreas metropolitanas, esta matéria deve respaldar-se em amparo financeiro e em filosofia básica emanados no Poder Federal. Este é o único capaz de disciplinar soluções em âmbito nacional e responder pela captura de recursos e concessão de avais necessários aos grandes investimentos requeridos.

Até o presente, nossa política fiscal continua ignorando o problema do transporte urbano. Como paliativo, parte dos fundos acumulados no Banco Nacional de Habitação passou, recentemente, a ser desviada para aplicação no setor de transporte urbano. Igualmente improvisada foi a criação do PROGRES, com pequeno vulto e moderada ambição, incapaz de representar um remédio efetivo e duradouro.

O ataque aos problemas de desenvolvimento urbano, com especial menção ao setor dos transportes, deve desenvolver-se segundo duas linhas, simultâneas e independentes. Na primeira, deverá enfatizar soluções de caráter preventivo, debelando ameaças de crescimento explosivo e ordenando o crescimento de núcleos ainda passíveis de soluções menos onerosas. Na segunda linha, atacará sem demora e com recursos suficientes os problemas críticos que afligem as áreas de maior densidade populacional, com caráter corretivo.

A presença do Poder Federal não exime os níveis Estaduais e Municipais da ação executiva e coordenada, delegados que serão para aplicação de recursos e obediência às diretrizes básicas nacionais. A estes escalões competirá prover o planejamento geral a longo prazo e seus intermitentes reajustamentos, bem como a iniciativa de alinhar as prioridades efetivas do desenvolvimento urbano, dando cobertura legal para a ação rápida e eficiente nos distintos setores de atividades sob suas jurisdições.

Uma Política a Seguir

Tudo leva a crer que a Administração do eminente General Ernesto Geisel, recém-iniciada sob os mais auspiciosos votos de confiança e esperança, será sensível aos problemas que afetam as comunidades hoje concentradas nas principais áreas metropolitanas do País, onde, definitivamente se insere Belo Horizonte.

Do Governo Federal, não de emanar a diretriz geral, a racionalidade até hoje inalcançada, o reexame da Política Fiscal e a complacência no encaminhamento dos avais solicitados para a captação parcial dos fundos requeridos.

Entretanto, sem perder de vista o conjunto, as autoridades diretamente envolvidas nos problemas de transportes urbanos serão forçadas a aplicar soluções quase cirúrgicas no setor de transportes, sem permitir que a emergência de hoje conturbe ou prejudique a rentabilidade de amanhã. Não se trata de um exercício poético do urbanista ou arquiteto, acoplado à abstração matemática do engenheiro, ao conceito político-filosófico do sociólogo e à precisão de laboratório do sanitarista. Trata-se de atender simultaneamente à parte crítica e ao universo da concepção global que venha a permitir legar à população do ano 2000 uma esperança de maior conforto, menor prejuízo e mais ampla segurança.

Para os problemas de desenvolvimento urbano, matéria que deve casuisticamente compor e harmonizar diversas disciplinas e otimizar seu uso, não há a solução única, tão pouco a solução certa, que comporte transplante, de outra região do País ou do exterior. Por aproximações sucessivas, poder-se-á chegar a uma solução aceitável, que será sobretudo política, entendido o termo em sua concepção mais alta, como a arte do possível. A solução política provavelmente equidista da solução ideal, concebida pela arte do planejador, e da perspectiva do caos, que redundaria do absurdo entendimento de que os problemas, desta ou de qualquer outra natureza, se resolvem por si só. E a solução política será atingida com mais facilidade quando se promover uma autêntica simbiose entre a "prata da casa", capacidade ajustada à inteligência técnica e vivência existencial dos problemas em tela, com o conhecimento dos acertos e principalmente dos erros que, constantemente, se cometem no planejamento, em seu estágio atual.

VIAGEM PELO NORDESTE

MURILO MARROQUIM



A MECANIZAÇÃO VEM SE A FIRMANDO PROGRESSIVAMENTE

Conversa vai, conversa vem — esta é uma outra história. A que desejo contar é um pouco do Maranhão, com suas terras fracas, médias e excelentes — até com grandes manchas das chamadas terras roxas.

Campos de pouso se multiplicam no centro e no sul. Os aviões chegam, seus ocupantes puxam os talões de cheque, pouco discutem, fecham o negócio. Os que possuem suas casinhas na "terra de ninguém" nada perguntam e esperam pelo que há de vir.

De fato, acontece um milagre. Assim como a Transamazônica e a Belém—Brasília começam a produzir uma nova, controvertida e imprevisível ecologia, a ocupação nordestina gera um futuro também imprevisível, nas suas dimensões, limitações e perspectivas. Mas o final será sem dúvida bom.

O crédito é mais fácil, agências bancárias oficiais e privadas surgem como cogumelos. Vilas virando cidades aparecem. A SUDENE e os demais órgãos de investimento e tecnologia, propagam seus benefícios. Os empresários do Sul

— com os seus créditos fáceis e seus projetos indesejáveis — descobrem afinal que o Nordeste não é a seca. De modo que é possível prever que nesta região se desenvolverá uma civilização agropecuária das mais pujantes do país.

Meio seco, sempre desconfiado, o nordestino típico ouve e pouco fala. Não tem mais com quem se aconselhar, pois o velho coronelismo político desapareceu. Há um caso típico em Pernambuco, de um coronel que hoje dirige apenas a prefeitura do seu município.

O INCRA, cheio de planos e programas codificados, procura por ordem ao tumulto. Caracterizou o que seja latifúndio no papel, mas, na prática, é difícil definir o que seja produtivo e improdutivo. É senhor de milhões de hectares, mas corre o risco de enredar-se irremediavelmente nesse delírio de grandeza.

Esperando-o, também, as duas margens vazias da Belém-Brasília e da Transamazônica — um inferno de mosquitos, um mundo inconcebível de moléstias tropicais desconhecidas, para o sacrifício do pioneirismo desbravador.

De automóvel, a viagem de Salvador a S. Luís é rara, fascinante, chocante. Das torres da Petrobrás em Sergipe, a gente chega aos lagosteiros de Natal: sente frio no alto da serra de Ibiapaba e encontra, embaixo, a terra fervendo.

Pouco importa, pois o milagre está à espera, na doce atmosfera de S. Luís, a cidade colonial mais bonita do Brasil.

Mas, é preciso deixar de lado os bons instantes e concentrar-se na reportagem: fatos, números, surpresas e contrastes. Ao lado da riqueza explode a miséria mais aviltante. Contudo, esta é uma terra de promessa.

Se a gente se aprofunda no Maranhão, deixa o mar e desce para o sul, esbarra num típico "far west" americano moderno: a conquista da terra é feita com livros de cheques e não a trabuco. Milhares e milhares de hectares são comprados num fechar de olhos. O INCRA tem as suas dores de cabeça, mas o "boom" prossegue.

No Maranhão o governo possui menos terras do que os particulares. E já raciona essas poucas terras vendendo-as apenas àqueles que produzem. Os seus adversários políticos confessam que essa expansão do Estado se deve ao senador José Sarney, antes o governador.

Sarney, como é comumente chamado pelo povo, levou-me ao governador em exercício. O sr.

Pedro Neiva recordou que nos víamos, pela primeira vez, num hotel modesto no Calaforn, Rio de Janeiro, quando voltara de anos de correspondência de guerra.

O módulo de 3.000 hectares para cada propriedade é da lei; é preciso que se juntem vários, para que um modesto projeto pecuário de 20.000 hectares possa ser executado. A "comarca" pode comercializar até 25.000 hectares, graças a Deus.

Parte do Maranhão pertence à geografia amazônica e, através de uma linha definida, a SUDENE e a SUDAM se olham, não se agridem, mas estão em guarda. Os rádios de pilha se multiplicam à beira da floresta. Surgem as bicicletas — o burro passou a ser comida internacional dos ricos. As estradas-tronco e vicinais abrem um novo grande mercado para as bicicletas nacionais.

Um outro mercado abre-se para os aparelhos de televisão, pois a eletricidade está se propagando a taxas convidativas, com pagamentos de instalação a longo prazo.

Por isso, ao baixo meretrício (denominação dada pelos jornais do Recife) de São Lourenço da Mata, foi doado um aparelho de TV, com desfiles e discursos políticos. "É uma realização humana", disse o doador, que vai disputar as eleições. As mulheres ficaram satisfeitas, mas reclamam ter de ficar de pé na rua, para ver os programas. O vigário da paróquia não se pronunciou — pois a eletricidade abre rotas insuspeitadas.

O litoral o "boom" é também notável. Na primeira reunião da SUDENE, este ano, foram aprovados projetos agroindustriais no valor de 480 milhões, com

a criação final de 1803 novas oportunidades de emprego.

As novas chaminés não produzem apenas poluição, mas, paradoxalmente, a falta de especialização. As chamadas escolas técnico-profissionais não dão vazão ou não possuem bom rendimento. Muitas outras estão programadas, diversificando-se de acordo com os projetos.

Diminuem as faixas de qualificações. Na faixa dos homens com mais de 35 anos e das mulheres com mais de 30 — eles e elas estão ficando sem vez. Não se adaptam a um custo operacional mais alto. O fenômeno também existe em S. Paulo, pois ali aumenta a falta de mão-de-obra.

O êxodo da zona do mata pernambucana para S. Paulo foi principalmente de cortadores de cana, na base da foice e do suor. Porém, a mecanização paulista na zona açucareira, em áreas favoráveis, enxotou o trabalhador braçal nordestino.

Na bonita praia de Suape, no cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, os órgãos estatais planejam e executam um complexo portuário, com objetivo ambicioso: distrito industrial, distrito de exportação, polo de fertilizantes e estaleiro. Pernambuco quer olhar além das 200 milhas, mar à fora, em direção à África e ao Mediterrâneo.

Além do petróleo, com sondagens promissoras da Petrobrás, Sergipe pode produzir potássio a custo baixo e em grande quantidade. O Ceará planta mais

algodão e milhões de cajueiros. Aliás, o caju é a grande descoberta nordestina.

O governador Cortez Pereira implanta as chamadas Vilas Rurais no agreste do Rio Grande do Norte e faz experiências com lagostas em viveiros nas margens do Potengi. Prevê produção crescente, para milhões de dólares de exportação.

Já não é tão difícil governar um Estado nordestino. A fase da esmola União-Estado, está se extinguindo. Agora, dentro do "boom" que se verifica, o próprio Estado se entusiasma e passa a contaminar o povo, através de projetos bem estudados.

Esse confronto é penosamente esmagador. Desnutridas e doentes, as massas sobrevivem, ninguém sabe como. O Recife "inchado", na expressão de Gilberto Freyre, tem na lama de suas marés o milagre do caranguejo. Ontem como hoje, o espetáculo continua pictórico mas repelente.

Na zona da mata açucareira a situação se mostra bem menos desalentadora. Os salários e as exigências sociais são cumpridos. Aumenta a assistência médico-dentária, por iniciativa particular. A mortalidade infantil baixou, nas propriedades particulares, para índices normais. Há escolas e merendas escolares, inclusive através de acordos internacionais de cooperação. Neste verão, os meninos da zona da mata açucareira estão tomando leite em pó procedente da Nova Zelândia.



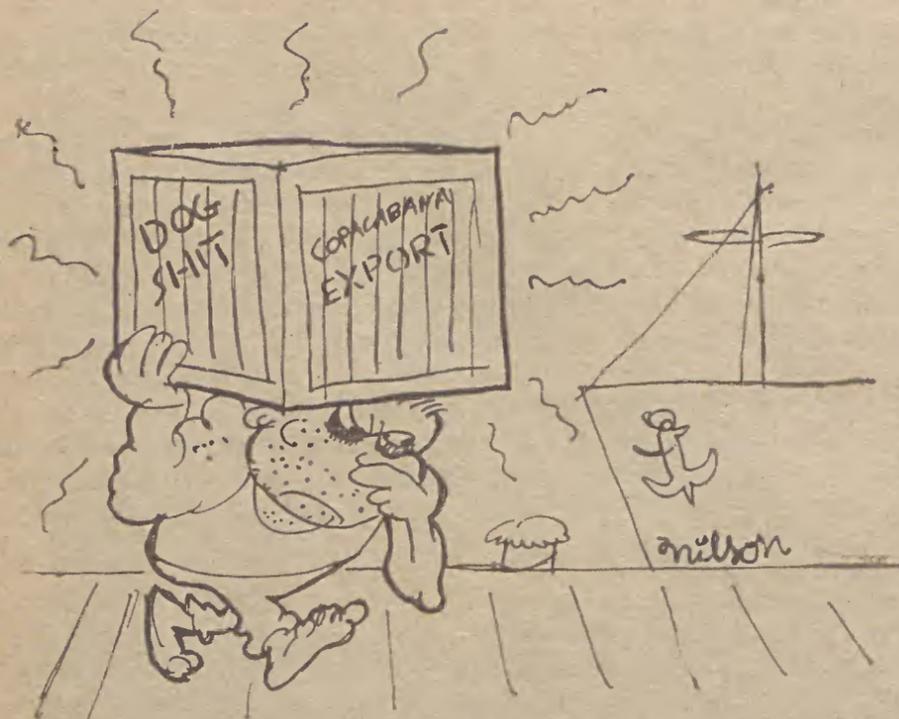
MAS O LOMBO DO BURRO AINDA IMPERA EM MUITAS USINAS

BACIA DAS ALMAS

DUAS TONELADAS

A Região Administrativa de Copacabana vai iniciar uma campanha educativa junto aos donos de cães que vivem no bairro. Copacabana tem cerca de 25 mil cães. Os donos saem para passear com os cachorrinhos que fazem sua "precisão" na rua. Os cálculos indicam que os cães de

Copa soltam, pelas ruas do bairro, duas toneladas e meia de "precisão", diariamente. Há uma solução: no interior do Pará, o caboclo da Amazônia trata sarampo com chá de "tuntum" de cachorro. Era o caso de exportar de Copacabana para o norte.



A VOZ

O crítico de música popular José Ramos Tinhorão vem de descobrir um novo cantor de boleros. Nome: Miguel Ângelo. Não pinta, mas canta. Diz Tinhorão: "... com uma voz que faria o Hermínio Belo de Carvalho morrer de inveja."

ENTREVISTA

No Rio de Janeiro, o general Augusto Pinochet, presidente da Junta Militar do Chile, depois de assistir à Santa Missa e comungar, posando para a objetiva dos fotógrafos, mandou convocar os jornalistas para uma entrevista coletiva. Correram repórteres, fotógrafos e cinegrafistas. O general Pinochet apareceu, leu um texto escrito, durante cinco minutos e se retirou. Disse que não respondia a perguntas. Um repórter perguntou ao assessor de

imprensa da Embaixada do Chile: "Por que então não distribuíram o release?"

DECEPÇÃO

O Rei Pelé, também conhecido como o garoto Edson Arantes do Nascimento, teve uma grande decepção na cerimônia de posse do presidente Ernesto Geisel, em Brasília: ninguém lhe fez apelo para voltar à seleção brasileira.

ESQUECIDO

Extraímos do jornal "Última Hora" esta pequena nota melancólica: "Antigamente, no dia 15 de março, se festejava a data de nascimento de Castro Alves. Mas ontem não houve nenhuma comemoração pelo seu 127º aniversário. A escola estadual que leva seu nome não lhe dedicou nenhuma homenagem". A Secretaria de Educação

também ignorou a data". A Academia Brasileira de Letras, cujos componentes estão de férias, teve a mesma atitude. E nem o busto foi recolocado numa praça do Méier".

PRESTAÇÃO

Estudando o fenômeno da compra a crédito e outras flores congêneres, o ilustre professor Eugênio Gudín descobriu um fato muito curioso. Disse ele, em um de seus últimos artigos, em "O Globo": "Os consumidores que desejam comprar à vista são mal vistos", nas casas comerciais". Claro, professor, viver de juro não é nada mal. Nós, consumidores, já descobrimos isso. Mas quem somos nós para poder comprar à vista, professor, quem somos nós?

TEIMOSIA

Os irmãos lusos no Brasil continuam certamente a viver dos louros das "armas e os barões assinalados", sem se aperceberem que o mundo

mudou e ninguém mais se arrisca por mares nunca dantes navegados... Talvez influenciados pelos falares do chanceler Rui Patrício, os patrícios de cá continuam sem entender que a diplomacia brasileira não pode continuar a apoiar posições teimosas de "gajos", que insistem em parar a História e não percebem que os brasileirinhos têm os seus próprios interesses em terras d'África. Irmãos e irmãos, mas nem tanto.

OS "MAPAS"

O colunista político Carlos Castelo Branco dá sua opinião de observador e de ouvinte sobre a sucessão nos Estados: "... a sucessão nos Estados está toda "mapeada" e "mapeada" desde os tempos do Largo da Misericórdia. Isso significa que as soluções já estão, em princípio, assentadas..." Portanto, quem não está no "mapa" que perca a esperança.

ARIGÓS

José Arigó recebia o espírito do "dr. Fritz" e fazia operações e benefícios. Um dia Arigó morreu num desastre de automóvel. Parece que o "dr. Fritz" teria escolhido outro Arigó para se incorporar. Eis que morre o Arigó II. Existem vários Arigós na suplência

para receber o "dr. Fritz". Mas há um temor: morrer em desastre. Dizem os entendidos que o "dr. Fritz" usa seus incorporados e os mata em desastres. Por isso está difícil se encontrar o Arigó III.

BANCO DOS RESERVAS



BACIA DAS ALMAS



SIM E NÃO

Mais uma do observador e filósofo político Carlos Castelo Branco, em sua coluna, no "Jornal do Brasil", a propósito da sucessão em São Paulo: "O governador Laudo Natel, simpático à candidatura Delfim, aceitará, contudo, a candidatura indicada pelo Presidente da República, sem que com isso todavia se disponha a influir no Diretório, ao qual atribuirá a decisão". O governador Laudo Natel lembra a estória de um crioulo que foi treinar no time do Vasco da Gama, como experiência. Quando o então técnico Flávio Costa perguntou: "Em que posição do time você joga?" o crioulo, orgulhoso, respondeu: "Eu brinco nas onze..." O governador Natel é um eclético: joga em todas as posições.

A VERDADE

Vozes ocultas garantem o seguinte: o atacante Jairzinho, do Botafogo e da seleção brasileira, não tem mais condições físicas para jogar duas ou três partidas seguidas. Na verdade, Jairzinho está "bichado" e dificilmente escapará do corte. Quem viver verá. As operações a que se submeteu o craque estão-se refletindo agora em sua forma física.

O PROCESSO

O embaixador Donatello Grieco processou o acadêmico Ivan Lins por injúria,

calúnia e difamação. Ocorreu que, quando da morte do pai do embaixador Grieco, o saudoso Apripino, o sr. Ivan Lins escreveu um artigo chamando o velho crítico de "patife". O processo bateu no Tribunal Federal de Recursos onde o ministro Jarbas Nobre deu a sentença final: pela nossa legislação, só quem pode abrir processo contra injúria, calúnia e difamação, além do injuriado, é ascendente, cônjuge ou irmão. Filho não pode. Conclui-se, portanto, que chamar um cidadão de Filho disso não dá processo. Porque, na verdade, o atingido não será o filho e sim o isso.

ORAÇÃO

Está correndo, no Rio de Janeiro, tal como uma "Ação entre Amigos" a Oração do Carioca. Diz assim: "Livrai-nos Senhor da Fusão da Guanabara com o Estado do Rio. Vós deveis compreender que por cá já temos muitas figuras as quais já nos pesam muito. Então Vós não irieis querer que também se juntassem a nós os Amaral Peixoto e os Raimundo Padilha de contrapeso. Por outro lado, Senhor, o que iríamos fazer com Niterói, a terra onde, segundo o falecido sábio Stanislaw Ponte Preta, o urubu voa de costas? Livrai-nos, Senhor, da Fusão e que essa ponte não pese em nossas pretensões. Amem. Em tempo: Se não vier a Fusão, Senhor, livrai-nos, então, do sr. Erasmo Martins Pedro. Nós não merecemos tanto, Oh, meu Senhor".

NO BRAÇO

Idi Amin, o senhor todo poderoso de Uganda, acaba de esmagar mais uma contra-revolução. Sargento do antigo Exército Colonial Inglês, onde se destacou como pugilista peso-pesado e pela sua grande resistência física (corria 30 quilômetros com um homem às costas), de uma hora para outra virou general

e estadista. Entre os seus inúmeros ídolos estão Júlio César e Adolph Hitler. Segundo a Rádio Kampala, os revoltosos que não passavam de "umas vacas piolhentas", bateram em retirada quando o truculento Amin arregaçou as mangas e partiu para decidir a questão no braço.

A BOCA

Um leitor assíduo na coluna do jornalista Adirson de Barros, em "Última Hora", depois de uma semana de leitura diária, fez, para esta modesta coluna, o seguinte comentário: "Depois do que tem escrito, ou o Adirson pega uma boca muito rica ou cai, inevitavelmente, na mais negra das mediocridades."

SAFRA

O Estado de Goiás está batendo todos os recordes em candidatos ao governo do Estado. Onze cidadãos estariam na lista, mas, provavelmente, como diria Carlos Castelo Branco, não estariam no "mapa". São eles: Ibsen de Castro (atual secretário da Fazenda; Manoel dos Reis e Silva, prefeito de Goiânia; Irapuan Costa Júnior, interventor em Anápolis; Hélio Seixo de Brito, ex-prefeito de Goiânia; Coronel Danilo Darci de Sá Melo, secretário

O HUMOR

O comediante Chico Anísio, natural de Maranguape, no Ceará, ex-rubro-negro, está desencatado com a falta de produtores humorísticos. Ele mesmo, Chico Anísio, que escrevia seus textos, já não consegue mais fazer graça. Em uma entrevista ao "Diário de Notícias" disse o Chico: "Atualmente o humor está morto. Não existe ninguém, na nova geração, capaz de criar bons textos." Chico: existe nas estações de televisão as populares e famosas "rodinhas". Fechadas. Impenetráveis. Como você pode descobrir humoristas se as Tvs fecham as suas portas.

da Segurança Pública; Ari Jacomossi, presidente do Instituto de Previdência do Estado; Rubens Guerra, superintendente do Plano de Obras do Estado; Benedito Vaz, ex-deputado federal; Ari Valadão, deputado federal; Antônio Maria Machado, procurador Geral do Estado e Sebastião Dante de Camargo Júnior, presidente da Companhia Metais de Goiás. A única coisa a lamentar em Goiás: só existe um cargo de governador.



ESTABILIDADE E FUNDO DE GARANTIA: PROGRESSO À REVELIA DAS ESQUERDAS

GILBERTO PAIM

Os metalúrgicos se definiram como força progressista do movimento operário quando, em seu Congresso Nacional de 1963, no Recife, tomaram posição contra a instabilidade no emprego aos dez anos de casa. Justificaram resolução neste sentido com fatos observados em suas fileiras. A estabilidade era um fim que se perseguia, mas nunca se alcançava. Era assim apresentado o mito às demais categorias profissionais. Mito despojado de eficácia para uma categoria de trabalhadores que praticamente nascera no pós-guerra, contemporânea do capitalismo industrial moderno, isto é, liberta de atavismos e raciocínios pré-lógicos que viciaram o comportamento de entidades sindicais com raízes no surto industrial de começos do século.

Segmento progressista da classe operária, deviam os metalúrgicos o seu arejamento à participação na atividade de empresas que produziam em condições econômicas, empresas que operavam e se expandiam em função dos próprios lucros. O caráter produtivo do seu trabalho servia para distinguí-los de outras categorias, como os marítimos, portuários e ferroviários, cujas entidades de classe, até 1964, desvinculavam sua missão social do ato de produzir, para relacioná-la a um esforço orientado contra os orçamentos de investimento de setores importantes da economia. Privilégios e vantagens salariais tinham precedência sobre o equipamento, cujo manejo deveria ser o meio de vida dessa aristocracia operária.



O mérito dos organizadores do Congresso do Recife residia na sua percepção da realidade e na coragem com que expunham o seu modo particular de encará-la, não obstante argumentos de praxe em defesa de preceitos medievais da legislação trabalhista. Não havia, então, dados estatísticos sistematizados que permitissem afirmação peremptória contra a manutenção do estatuto da estabilidade no emprego, como estava concebido. Mas a experiência empírica bastava para justificar a sua negação. O preceito era letra morta, atuando na prática contra o operariado e sua organização. Conforme os termos da resolução do Congresso do Recife, o suposto direito à estabilidade era um fator de desorganização do sindicalismo. Às vésperas dos dez anos, os operários eram sistematicamente lançados ao desemprego. Muitos abandonavam o setor a que pertenciam e, em sua nova atividade, começavam tudo de novo na esfera sindical. Para substituir o estatuto obsoleto, os metalúrgicos sugeriam a criação de fundos de indenização, formados de contribuições do empresariado e a serem utilizados no financiamento de atividades econômicas básicas, confiada a sua gerência ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico ou Banco do Brasil.

Provavelmente sem ter tido conhecimento da resolução comentada, o Ministro do Planejamento do Governo Castello Branco adotou posição coincidente, em 1966, ao atacar a estabilidade como obstáculo ao desenvolvimento de relações menos conflituosas entre trabalhadores e empregadores. Postulava a transformação de um foco de frustrações e atraso numa fonte de recursos de investimento, como na verdade o fez, ao criar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o qual deu ao trabalhador condições de as-

pirar à realização do objetivo de permanecer mais de dez anos no mesmo emprego.

A LUTA PELO FGTS

De março a agosto de 1966, durante a preparação do anteprojeto de lei criando o FGTS e o exame da matéria no Congresso Nacional, houve muita apreensão nos meios sindicais ante a afirmação persistente de que o Governo pretendia extinguir o estatuto da estabilidade. Em sucessivas entrevistas à imprensa, o I Min. Roberto Campos procurava explicar que a estabilidade aos dez anos de serviço era uma ilusão e que o objetivo do Governo era substituir uma ficção por algo palpável. Insistia o Ministro em proclamar a sua crença no bom senso dos trabalhadores. Apontava ele para o que ocorria na indústria de construção civil, onde os operários não chegavam sequer a ficar um ano no trabalho. Formando um contingente numeroso, os trabalhadores do setor estavam sujeitos à dispensa em massa aos nove e dez meses, pois, os empregadores não desejavam que atingissem um ano de serviço, para não lhes pagar um salário a título de indenização. Segundo o Ministro, uma pesquisa direta em 342 empresas de São Paulo revelara que apenas 15% dos trabalhadores tinham estabilidade. No entanto, a análise da composição desses 15% deixava claro que em sua maioria os que haviam atingido a estabilidade trabalhavam em empresas com mais de vinte anos de funcionamento. Quanto mais novas as empresas menor a possibilidade de o trabalhador alcançar os dez anos no mesmo emprego.

A manutenção do empregado na empresa, depois dos dez anos, era evitada e contornada por mil formas, dentro de clima de desconfiança e incompreensão, quando não de franca hostilidade. Diante do quadro real o Sr. Roberto Campos afirmava que se tornava necessário o afastamento de tal situação, indesejável para ambas as partes. Por sua vez, lembra o Sr. Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, um dos autores da nova legislação, que de há muito os patrões pleiteavam a extinção da estabilidade, ao passo que havia uma pressão sindical do lado oposto no sentido de que fosse abreviado o seu prazo. Como havia burla pela demissão nos nove anos, propunham alguns líderes sindicais, como solução, que se reduzisse para um ano o prazo para assegurar a estabilidade no emprego. O quadro de antagonismos, que alinhava empresas, de um lado, e sindicatos, de outro, era herança social da fase anterior a 64. Os atritos eram permanentes. Acrescenta o Sr. Nascimento Silva que predominavam na Justiça do Trabalho os casos de demissão, demoradamente debatidos. Quando o trabalhador recebia a indenização, a inflação já havia devorado a maior parte do seu valor.

Os trabalhadores eram de vários modos prejudicados. Na hora da concordata ou da falência aparecia o passivo oculto, isto é, a soma das indenizações teoricamente devidas aos trabalhadores pelo tempo de serviço e, em dobro, no caso daqueles que haviam alcançado a estabilidade. As empresas não tinham recursos para enfrentar essa dívida, deixando os trabalhadores ao desamparo.

Mesmo depois de aprovado o projeto de lei criando o FGTS, o Sr. Nascimento Silva, já à frente do Ministério do Trabalho, teve que desenvolver paciente esforço para esclarecer às cúpulas sindicais quanto às vantagens do Fundo de Garantia, esclarecendo que

se tratava de uma alternativa opcional para os assalariados que não alimentassem a ilusão da estabilidade. Havia repercutido nos sindicatos os discursos da oposição remanescente do trabalhismo na Câmara, que fez o possível para que o projeto não fosse aprovado no prazo regulamentar de 30 dias. Esgotado esse tempo, a matéria foi considerada automaticamente aprovada, levantando suspeitas que o correr do tempo dissipou.

NATUREZA DA REFORMA

Em começos de 1968, mais de um ano depois de estar em vigor a nova legislação, cujo produto contribui para a execução de um amplo programa habitacional e de outras de inegável caráter social, com os serviços de água e esgotos assim financiados, um jornal de esquerda concitava os trabalhadores à luta em defesa da estabilidade, ignorando, de certo, que os trabalhadores não a desejavam por irrealizável. No caso específico, o jornal defendia o retrocesso econômico, de vez que os investimentos no setor constituem forte apoio à atividade do parque industrial e, também, um retrocesso social, pois a estabilidade não dava nada à massa operária.

O IBGE es encarregara de sepultar o mito. De acordo com estatísticas levantadas em todas as Unidades da Federação, os trabalhadores, situados na faixa de tempo de serviço de 9 anos a 9 anos e 11 meses, correspondiam, em todos os Estados, a uma fração desprezível. O inquérito do IBGE abrangia trabalhadores na indústria, comércio, transportes e comunicações, publicidade, empresas de crédito, educação e cultura e diversos. Em Minas Gerais, a faixa acima citada, havia apenas dois por cento do total de trabalhadores urbanos. Em São Paulo, tão somente 1,6%. Na Guanabara, quando se avizinhava o momento da estabilidade, o número de trabalhadores prestes a alcançá-la reduzia-se também a menos de dois por cento.

Um governo prova a sua capacidade de operar reformas, liquidando mitos dessa espécie, sem dar atenção às acusações então assacadas de pretender aplicar aos trabalhadores uma política fascista. O fascismo cria o imobilismo em defesa dos interesses de uma só classe social e o Governo do Marechal Castello Branco, ao se colocar acima de todas as classes sociais, assumia a postura que lhe permitiu ser caracteristicamente revisionista, frisava o Sr. Nascimento Silva.

O caráter progressista da nova legislação (a Lei n.º 5.107 e seu regulamento), o Decreto n.º 59.820, de 1966)

se exprime numa série de vantagens diretas, oferecidas ao trabalhador, a primeira das quais consiste na formação de um fundo individual de reserva, de montante real superior à vantagem que lhe ofereceria a estabilidade, se alcançada por descuido do empregador. Trata-se de um fundo que se constitui mesmo quando o trabalhador muda sucessivamente de emprego, um direito que a perseguição da estabilidade tornava inexistente. No rol das vantagens indiretas, figuram maiores oportunidades de emprego, resultantes da aplicação, pelo BNH, da massa de recursos formada pelos depósitos bancários de oito por cento sobre as folhas de pagamento de todas as empresas. A casa própria, tornou-se, também, aspiração que se materializou a curto e a médio prazos no novo quadro de inversões maciças que no setor habitacional tomam o lugar do mito da estabilidade.

Destaquemos o espírito e a letra do novo diploma legal, elaborado com o fim expresso de prestar um serviço relevante aos trabalhadores e à economia como um todo: ficam as empresas obrigadas a depositar, em conta bancária vinculada, importância correspondente a oito por cento da remuneração paga no mês anterior a cada empregado. O depósito é obrigatório mesmo quando o empregado esteja afastado do emprego para prestação de serviço militar e desempenho de mandato sindical, por motivo de doença, por acidente do trabalho, para exercer cargo de diretoria na empresa e por outros motivos previstos em lei. A gravidez e parto e o período subsequente não eximem o empregador do compromisso. No caso de rescisão do contrato de trabalho por parte da empresa, sem justa causa, ficará esta obrigada a depositar, na data da dispensa, a favor do empregado, importância e dos juros capitalizados na sua conta vinculada. Independentemente dos procedimentos estabelecidos na legislação, o empregado, seus dependentes e o sindicato respectivo poderão acionar diretamente a empresa, na Justiça do Trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas, sempre sujeitas à correção monetária e aos juros capitalizados. É vedada a dispensa do trabalhador sindicalizado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical, até o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente. Ao sindicato da respectiva categoria profissional é facultado acompanhar o processamento dos atos que envolvam interesse do empregado ou de seus dependentes, em decorrência da aplicação da legislação, ao passo que as contas bancárias vinculadas em nome dos empregados são protegidas pelos dispositivos pertinentes do Código do Processo Civil.

Reconhecendo o espírito avançado da nova lei, que lhes trouxe benefícios concretos, os trabalhadores marcharam voluntariamente na direção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, não obstante os apelos e palavras de ordem de líderes alienados contra a opção e em defesa do mito da estabilidade.

De saída foram amplamente beneficiados os trabalhadores na construção civil, habitualmente dispensados antes de um ano no emprego. No novo regime, o empregado fica desde o início protegido, já que a indenização é depositada mês a mês, por seu empregador. Longe de suprimir a indenização o novo sistema mantém e lhe dá uma forma de cobertura e de liquidez muito superiores às do regime anterior, em que a liquidação era inteiramente sujeita a querer ou não querer, poder ou não poder, a empresa pagar, no momento da dispensa, o que era legalmente devido ao empregado. Enquanto na legislação anterior o empregado tinha direito à indenização pelo tempo de serviço unicamente no caso de "despedida injusta", pelo novo sistema tem também direito a recebê-la: a) quando sair espontaneamente do emprego; b) quando se aposentar por tempo de serviço, por velhice ou por invalidez definitiva; c) mesmo quando for despedido com justa causa deixando apenas de ter, neste caso, a correção monetária e a capitalização dos juros; d) pelos seus dependentes, em caso de morte. Nos casos de despedida com justa causa e de saída espontânea (no regime anterior nada era devido ao empregado), a conta pode ser utilizada: a) para estabelecer-se por conta própria; b) para aquisição de moradia própria; c) para atender a necessidade grave e premente, pessoal ou familiar; d) para casamento de empregado do sexo feminino. Essa legislação foi seguida do Decreto-Lei n.º 75, do Marechal Castello Branco, que dispõe sobre a aplicação da correção monetária aos débitos de natureza trabalhista (correção monetária dos salários em atraso).

Desapareceu uma fonte de atrito entre trabalhadores e empregadores, quando da aproximação do prazo em que se vislumbrava a possibilidade do emprego estável. Agora, a empresa se mostra absolutamente neutra diante do número de anos de seus trabalhadores no emprego. Por sua vez, os trabalhadores se sentem livres para mudar de emprego sem o risco de perder a indenização. Em qualquer dos casos, seja o de permanência, seja o de mudança de emprego, o trabalho registra uma vitória social significativa, ao lado da vitória econômica que reside no aproveitamento das oportunidades de trabalho criadas pela aplicação dos volumosos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

DELFINHANNnnnddôoo:

Nilson vê sucessão em São Paulo



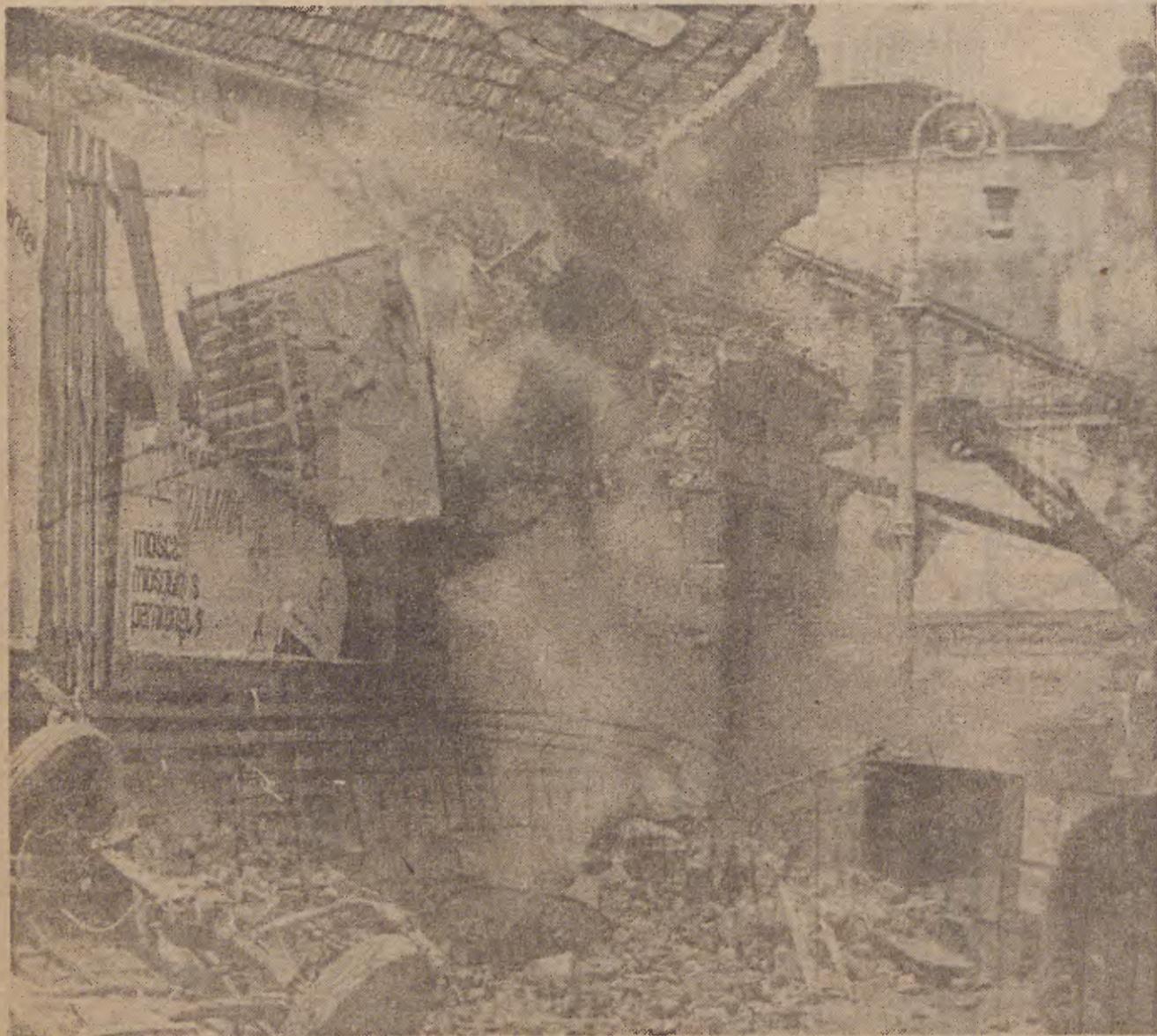
ABRE-TE SÊSAMO!
ABRE-TE SÊSAMO!
ABRE-TE SÊSAMO!
ABRE-TE SÊSAMO!
ABRE-TE SÊSAMO!

GOVERNO DE SÃO PAULO



POLÍTICA URBANA CONTRA A INFLAÇÃO

PEDRO CASTRO



BAIRROS INTEIROS VÃO ABAIXO E SURGEM OS MONSTROS DE CONCRETO DESUMANIZANDO AS CIDADES

É igualmente importante lembrar que é possível estar se delineando nesse terreno uma conjuntura que põe outra vez na ordem do dia a discussão sobre mecanismos mais significativos de controle sobre o mercado imobiliário, com prováveis repercussões sobre o nível geral de preços nesse setor de atividade, que já foram alvo de tentativas em outras ocasiões no Brasil, ou mesmo já tiveram iniciado um processo de institucionalização, inclusive com apoio em instrumentos legais. Tais são os casos, por exemplo,

da fixação de alíquotas para cobranças dos impostos territorial e predial (art. 24, da Const. Federal) e da contribuição de melhoria (art. 18, da Const. Federal), esta aproximando-se bastante de antigas experiências internacionais utilizadas para induzir a destinação ao poder público de parcela daquilo que se constitui na supervalorização do terreno decorrente do processo de crescimento urbano e que se convencionou denominar tecnicamente de "sobrevvalor" da terra. Para não se falar das dificuldades até o

presente encontradas nas tentativas de aplicação dos preceitos constitucionais que estabelecem o princípio da "função social da propriedade" (art. 160, da Const. Federal), ou a restrição ao direito de propriedade, em caráter excepcional, "por necessidade ou utilidade pública" (art. 153, da Const. Federal).

No que toca aos dois primeiros, à parte as considerações em torno das alquimias representadas pelas transferências de tributos imobiliários ao consumidor (arrendatários ou inquil-

Em seu último número, de 11 do corrente mês, a revista VISA0, após fazer um retrospecto dos caminhos políticos e econômicos trilhados pelo Brasil na década 64-74, alinha entre os denominados "próximos desafios" os capítulos intitulados: "A volta da inflação" e "impostos sobre lucros imobiliários e sobre ganhos de capital podem ajudar". Ali se discutem diversos problemas que no entender dos autores terão de ser enfrentados pela nação brasileira na busca da conciliação dos objetivos de alta taxa de crescimento econômico e de contenção da inflação. Descortinam-se em seguida possíveis componentes de uma estratégia antiinflacionária, entre os quais o relativo à política tributária, inclusive voltada para constituir-se em freio à especulação imobiliária, considerada como "um dos fatores que empurram os preços para cima".

Interessam-me de perto as idéias enunciadas pelos autores desse trabalho que envolvem as sugestões de uma ação do poder público orientada para o controle de preços no âmbito do mercado imobiliário, sobretudo por suas implicações com as variantes do sentido que podem e têm assumido o crescimento ou a expansão dos núcleos urbanos no país.

Admitindo, com os responsáveis pelo mencionado trabalho, o pressuposto da justificada necessidade atual de adoção de medidas tendentes ao disciplinamento desse mercado, com vistas a contribuir para o processo de luta pela minimização de custos, é oportuno suscitar dúvidas quanto ao desdobramento das formulações voltadas para a relação entre a política tributária e a especulação imobiliária, quando se indaga da propriedade do retorno ao "imposto sobre os lucros imobiliários".



linos de imóvel urbano), em resumidas contas de difícil superação inclusive em razão da forma e natureza dos aparelhos arrecadadores, parece-me mais consetânea com o atual quadro dos núcleos urbanos dos diferentes municípios do país, notadamente os que se constituem em capitais estaduais, a preocupação com a definição de uma sistemática operacional voltada não só para a definição clara das reais possibilidades de aplicação da "contribuição de melhoria" no Brasil, até o presente em grande parte mantida como "letra morta" na legislação tributária, como dos possíveis critérios para a reformulação das finalidades e técnicas de determinação do "valor venal" dos imóveis e das próprias alíquotas incidentes sobre este valor.

É muito provável que tal preocupação, imediatamente voltada para o atendimento de imperativo circunstancial de identificação de pontos de apoio ao combate à inflação de custos, permita igualmente nortear alguns princípios e critérios mais humanos, pragmáticos e realistas de atuação do poder público sobre o sistema de preços do mercado imobiliário urbano, ao nível do seu principal elemento: a terra.

A idéia, portanto, é de que se dirija basicamente a preocupação sobre esse tema para a fixação de objetivos e alternativas intervencionistas por parte do poder público competente no âmbito da política de preços da terra urbana, fonte original donde geram os valores que se refletem nos preços dos imóveis territoriais ou prediais. Este caminho se afigura, por seu turno, mais adequado ao oferecimento de respostas estruturais a indagações ou proposições inerentes a micropolíticas contidas em inúmeros estudos, planos ou projetos urbanos já elaborados para diversas localidades do país.

Tal equacionamento do problema, a partir das formulações dos autores da revista VISÃO, e sob a ótica do planejamento urbano brasileiro, pretende chamar a atenção para o fato de que é possível estar a atual conjuntura macro-econômica nacional favorecendo o reexame da relação entre a legislação tributária ou de política administrativa urbana e a relativa às normas de usos do solo urbano e destas com os reais padrões de comportamento desenvolvidos nas cidades brasileiras.

Ocorre que, assim como a es-

peculação imobiliária é hoje vista como possível de se tornar, entre outros, alvo de política tributária destinada a amenizar a anunciada elevação da taxa de inflação, de há muito é também tida por grande parte dos planejadores urbanos nacionais como responsável pela distorção principalmente estética (arquitetônica e paisagística) da expansão dos aglomerados urbanos.

Entretanto, através dos anos, não obstante a infinidade de relatórios ou depoimentos de técnicos atribuindo malefícios à especulação imobiliária urbana no Brasil, é possível caracterizar-se uma tendência dos planejadores, quando cuidam de sugerir medidas aos executivos do poder público destinadas a reduzi-la. Geralmente, emprestam ênfase no seu combate pela via da padronização dos usos do solo, através da criação de normas de zoneamento, de loteamentos e construções, com resultados discutíveis em termos de efeitos sobre o próprio fenômeno que se propõem a combater, na medida em que via de regra tais padrões terminam por se constituírem em fatores favoráveis a maior seletividade da ocupação do solo. Tornam-se, assim, mais das vezes, novo estímulo à es-

peculação imobiliária, reforçada pela elevação dos preços da terra decorrente da legitimação do surgimento de novas "áreas nobres" nos centros urbanos.

Em paralelo, não só é possível registrar-se o limitado tratamento que se dispensa em estudos, planos e projetos urbanos à parte relativa ao freio à especulação imobiliária pelas vias da desapropriação ditada por interesses sociais ou mesmo da política tributária, sobretudo na parte programática desses trabalhos técnicos. Também se observar que, mesmo quando se propõem medidas mais contundentes, simultaneamente, sob os ângulos da tributação e das normas de ocupação do solo, não parece incomum verificar-se o fato de que estas quase sempre adquirem mais facilmente viabilidade de implantação.

Em razão dessas circunstâncias é que se me ocorre, malgrado as perspectivas pessimistas pronunciadas para a inflação, o oferecimento de fase promissora para o estreitamento pelo menos da relação entre a política de sua contenção e a tributária urbana, com o fim comum de controle da especulação imobiliária, tão combatida quanto difundida no país.



COM A ATUAL FURIA NA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA, O ESCASSO "VERDE QUE TE QUERO VERDE" SERÁ EM BREVE APENAS UMA RECORDAÇÃO

Foto de Alexandre Mac

"UIRÁ", O ÍNDIO BRASILEIRO NA TELA

ALBERTO SILVA

UIRÁ, segundo longametragem de Gustavo Dahl (*Os Bravos guerreiros*, 1968) é a "história de uma viagem interior, a trajetória do índio ao fundo de si mesmo, e os percalços enfrentados por ele nessa viagem". Com exibição prevista para o início de abril, no Cinema-I, o filme apresenta um elenco encabeçado por Ana Maria Magalhães (que interpretara outra índia no filme de Nelson Pereira dos Santos, *Como era gostoso o meu francês*) e Érico Vidal ("ator teatral de estofa em seu primeiro papel central no cinema").

Os papéis menores foram confiados a atores semiprofissionais do Maranhão e à gente dos locais. Segundo Gustavo, "não há índios em "pontas" porque a película é intimista, sobre o sentimento dos nativos mais que sobre o folclore

indígena. Misturar atores e índios autênticos é uma operação delicada. Os indígenas aparecem discretamente em Uirá".

A fotografia é de Rogério Noel ("grande vocação de iluminador; tinha forte dose de rigor e lirismo, qualidades contraditórias, difíceis de reunir em um mesmo fotógrafo"), a montagem de Gilberto Santeiro, cenografia e figurinos de Francesco Altan ("artista plástico talentoso ora trabalhando no Brasil em cinema e desenho"), som direto de José Antonio Ventura, música composta de trechos recolhidos na aldeia Urubu (ou músicas brasileiras selecionadas pelo diretor do filme) e argumento de Darci Ribeiro (texto publicado em 1957 na revista cultural paulista "Anhembi", sobre o caso verídico do índio Uirá).

PROBLEMAS CRÔNICOS

ALBERTO SILVA — Quem produziu Uirá?

GUSTAVO DAHL — Minha empresa, Gustavo Dahl Produções Cinematográficas, e a Alter Filmes Ltda. A minha parte foi levantada através de uma venda antecipada à televisão italiana. O orçamento é de Cr\$ 500 mil, o que parece muito dinheiro mas é um filme barato dentro do atual panorama do cinema brasileiro.

AS — Sim, porque *O Picapau Amarelo* (Geraldo Sarno) e *Espantinho da Noite* (Sérgio Ricardo) orçaram em Cr\$ 1 milhão cada.

GD — É. Mas está havendo uma desproporção no mercado brasileiro entre o custo e a renda dos filmes. Esse é um dos nossos problemas crônicos.

AS — Onde foram realizadas as filmagens?

GD — Em São Luís e na aldeia Urubu, Maranhão.

AS — E o tempo empregado?

GD — Uirá foi rodado em três meses, de outubro a dezembro de 1972. Mas só ficou pronto em agosto de 1973. Vai ser lançado agora porque eu estava esperando passar o verão, uma vez que o filme necessita da agitação cultural criada após o verão (o que os franceses chamam de «la rentrée»), aproveitando também a volta às aulas etc. É uma fita de discussão cultural, entre tantas coisas. (Não é só isso; eu digo, o «approach»). Ela é eminentemente emergida dentro da cultura brasileira.

A BOA HORA

AS — Uirá foi realizado especialmente para a Tv italiana?

GD — Não. É mais uma produção nacional independente feita especialmente para o público brasileiro. Apenas consegui parte dos recursos, como adiantamento, da Tv italiana. Por isso haverá uma venda subsequente ao exterior (após o processamento legal no Brasil). Mas sou o produtor majoritário.

AS — Houve problemas de atraso na produção?

GD — Sim. Eles decorreram dos seguintes fatores: 1) a exibição nacional desse tipo de filme se torna cada vez mais difícil. (Fazer uma película séria no Brasil, hoje, é um risco muito grande). 2) Uirá carrega o peso de ser uma produção independente, mecanismo a enfrentar uma série de elementos negativos — centrado em torno de um homem só (o produtor/diretor), o qual, além das responsabilidades financeiras da obra, comanda também o aparato burocrático. 3) Houve o verão no meio.

Mas acho que isso tudo não é problema, porque cada filme encontra o seu destino e a sua hora. Acredito que se ele vai ser lançado agora é porque era um bom momento. Não é posição fatalista, mas precisamos acreditar que quando as coisas têm de acontecer, acontecem. Estou muito contente que Uirá seja exibido quando se abre um novo ciclo da história nacional, isto é, no instante de começo de um novo governo. Nesse sentido talvez o filme estivesse um pouco adiantado e esse seja o momento justo para ir a público.

ÍNDIO EM BUSCA DEUS

AS — Qual é a sinópse do filme?

GD — Uirá, índio Kaapor cuja tribo já tinha contatos com os brancos há certo tempo, perde o filho mais velho, Uiraru. Depois dos rituais de lamentação e enterro, cai em depressão e procura o pagé, que lhe recomenda os remédios indicados para o caso; quebrar os objetos domésticos, queimar a casa. Caso este remédio não funcionasse, a etapa seguinte seria fazer a guerra aos inimigos tradicionais, os guajás. Uirá vai à guerra mas continua desesperado. O pagé receita então o remédio mais forte, a empresa mais difícil: o encontro (em vida) na casa de Maira, espécie de paraíso para onde vão os indígenas depois da morte.

Uirá pega a família e parte em busca de Maira. Primeiro pela floresta, depois pelos campos gerais, onde encontra os primeiros brancos. Temerosos de um ataque indígena,

os vaqueiros aprisionam a família. Mais tarde, soltam-na, obrigando Uirá, no entanto, a vestir uma calça. Uirá e a família prosseguem a viagem. Passam por um vilarejo, onde ele é seguido e agredido por um bando de crianças. Como o pagé o prevenira das dificuldades da viagem, Uirá aceita estas provações como fazendo parte de sua trajetória. Numa fazenda encontram um casal de velhos que lhes dá guarida e leva a família para rezar. Numa loja onde Uirá quer se apropriar de uma rede, novo conflito. A mulher começa a resistir e Uirá faz a família avançar à força, terminando preso.

Uirá não fala português, reage à prisão e é mandado para São Luís. A filha Numiá desapareceu na confusão da prisão na rua. Uirá é encarcerado, separado de sua mulher e de seu filho. A mulher vai mendigar. Desesperado porque sua viagem estava interrompida, Uirá tem uma crise de fúria, grita e é anarrado como louco. Um dia chega um funcionário da Fundação Nacional do Índio, que, falando a língua de Uirá, percebe o mal-entendido e manda libertá-lo. Uirá é então solto e recebido pelo Governador como um grande chefe.

Quando está fazendo um passeio de carro pela cidade, descortina o mar pela primeira vez em sua vida. Exaltado, tomando o mar pela casa de Maira, desce do carro em movimento. Luta com uns pescadores de quem queria tomar uma barca, termina jogando-se nas águas, seguido por seu filho, Irapik. No mar tem a visão de Maira, chegara enfim onde queria. Mas logo a polícia e os funcionários da FUNAI vêm recolhê-lo numa lancha. Abatido por não ter podido ficar com seu deus, Uirá se deixa levar até um posto indígena, de onde deveria reganhar a tribo.

Melancólico, passa horas e horas a fitar o rio, até que um dia explica à sua mulher que não quer mais voltar. Decide-se a ir ao encontro de Maira pelo caminho por onde passam todos, a morte. Serenamente entra pelo rio Pindaré, até que suas águas o cubram inteiramente. O cocar de Uirá bóia sozinho nas águas, desce a correnteza. Sua mulher o contempla e contemplando-o vê Uirá andando só, pelo rio, do outro lado das águas, do outro lado da vida.

FILMES DE VIAGEM

AS — Trata-se de um semidocumentário dotado de elementos ficcionais?

GD — Esse filme, se tivéssemos de enquadrá-lo em um gênero, seria de ficção «antropológica». O parentesco cinematográfico dele é com as fitas de viagem. Há o exemplo de *Tabu* (*Tabu*, 1929-31), de Murnau, e de *Sombras brancas nos mares do sul* (*White shadows on the south seas*, 1927-28), de Van Dyke. O cinema americano dos anos trinta fazia uma boa quantidade dessas películas, nas quais havia o interesse sobre uma população possuidora de outros hábitos e costumes. O exotismo a despertar esse interesse não era um fator negativo, porque era a ponte pela qual o mundo ocidental podia descobrir outros costumes.

A história de *Uirá* é muito ficcional, romanesca, e o que me interessou nela é que — como vida real, documentário — já parecia um filme. Aliás, a principal dificuldade foi fazer uma película à altura da história, porque ela é absolutamente épica, no sentido de que há uma crise messiânica individual. O índio *Uirá* é uma pessoa que sente em si todos os problemas da coletividade, que estoura e se rompe devido à ação das questões que afligem toda sua coletividade.

O objetivo do roteiro foi inserir alguma cena de ficção. A base documentária serviu como suporte subjacente de veracidade, de autenticidade, mas não de uma descrição científica dos costumes, que aliás não seria o caso. A fita, porém, começa em tom documental, vivido pelos atores. Ana Maria Magalhães aparece amassando mandioca como se fosse uma índia e Érico Vidal pesca timbó. À medida que o filme evolui, vai passando desse plano de documentário reconstituído para uma face realista, até atingir a visão fantástica. *Uirá* tem vários tons (no sentido musical) e se renova dentro de si mesmo. Foi feito em som direto, mas tem pouco a ver com o cinema direto. É francamente de ficção.

OBRA DE FICÇÃO

AS — Como se intitula o argumento-ensaio de Darci Ribeiro?

GD — «*Uirá vai ao encontro de Maira. A história de um índio que saiu à procura de Deus*». Mistura de crônica e ensaio, esse trabalho integrará um novo livro de Darci, a ser publicado brevemente, sob o título «*Uirá*», que aliás será a história principal do volume.

AS — Você precisou viver entre os índios, antes da realização do filme, para concebê-lo fielmente?

GD — Não. Durante a elaboração do roteiro saturei-me de dados para, no momento de recriá-los, fazê-lo corretamente, sem seguir à risca. Busquei interpretar toda essa informação de uma maneira que não fugisse muito à vida.

A equipe trabalhou inicialmente em São Luís do Maranhão. Depois, ao passar um mês na aldeia indígena, tivemos a grata surpresa de observar que não tínhamos errado muito. Ao chegar ali os protagonistas — atores profissionais (especialmente Ana, uma cara conhecida) — não se fizeram passar por índios.

Acceptaram o lado ficção, representação e espetáculo próprio ao filme, visando possibilitar uma identificação psicológica do espectador com o protagonista e objetivando não causar um estranhamento entre os dois.

Não queríamos levar o espectador à hipótese de se afastar imediatamente, ou de ver o filme como se as pessoas aparecidas na tela fossem inteiramente diferentes dele. Uma das razões de ser de *Uirá* é o público sentir que o acontecido àquele índio é uma coisa que em outro nível (e de outras formas) acontece a todo mundo. Nesse sentido interessava não permitir aos atores um comportamento muito diferente do habitual. Durante a realização da película nunca esquecemos estar criando uma obra de ficção, mesmo baseada em caso real.

PADRÃO DE COMPORTAMENTO

AS — O que de mais importante foi observado nesta sua experiência entre os indígenas?

GD — É difícil escolher uma só coisa, porque tenho a impressão que os índios brasileiros formam realmente um padrão de comportamento humano, de integração entre natureza, corpo social e mundo religioso, muito equilibrado. Mas impressionei-me sobretudo pelo fato de que eles não padecem o medo da morte, fenômeno que no Ocidente se transformou no princípio da propriedade, da acumulação de bens. O índio come tudo que tem em um só dia. Se no dia seguinte tem menos para comer, não acha isso triste, porque sabe que mais tarde encontrará alguma coisa. Essa transação muito à vontade com a propriedade é que me impressionou fundamentalmente. Além disso, notei a existência da boa educação numa aldeia indígena, onde nós os ocidentais nos sentimos bárbaros, selvagens. Essa é uma impressão muito forte. A impressão de que o homem branco realmente destruiu um gênero de cultura extremamente equilibrado, a fim de substituí-lo por outro desequilibrado, conflituoso, desarmônico.

AS — Executado o folclore — danças para turistas — o que resta de nossas tribos?

GD — Apesar de me interessar pela questão indígena, tenho muito menos contato com ela do que gostaria. Praticamente nosso convívio foi feito nesse mês de filmagem. E a aldeia *Urubu* já conta 50 anos de aculturação. Os vestígios que sobraram e se mantiveram dentro desse clima ainda indicam uma maneira de ser muito diferente. Tenho a impressão que sobrarão cada vez menos índios.

FILME ENSOLARADO

AS — E o equipamento técnico?

GD — Muito simples. Usamos alguns filtros. A luz do Brasil é forte, mas bonita. O problema é saber usá-la. O filme tem muito sol. Rogério Noel soube pintar com a luz, inclusive quando ela tinha tons fortes. Às vezes foi necessário equilibrar o rosto dos atores com o fundo, mas o nosso fotógrafo resolveu tudo perfeitamente. Usou inclusive meios de ocasião: um lençol espichado na parede, um plástico estendido em um buraco do telhado etc. Continuamos a empregar a velha capacidade brasileira de improvisação, dentro sempre de uma disciplina técnica fundamental à fotografia.

AS — Não houve pelo menos um índio em «ponta»?

GD — O pagé da aldeia *Urubu*, Capitão João, interpretou um pequeno papel. Mas em geral, como *Uirá* é centrado nos personagens (colado a seus sentimentos), os nativos funcionam como pano de fundo. Fugiu propositalmente do folclore. Quando se está numa aldeia indígena não dá nenhuma vontade de filmar índio para inglês ver.

EMBAIXADORES DO CONSUMO

AS — Qual a reação da aldeia ao aparecimento da equipe técnica?

GD — Muito boa. Levamos comida, presentes e outras utilidades, o que para os nativos foi uma festa. Além disso, gostaram de ver pessoas novas. De nossa parte, contudo, nos sentimos como aqueles americanos de caricatura chegando a uma povoação primitiva. Quem sofreu um choque cultural muito grande fomos nós. Todas as pessoas voltaram modificadas pelo contato.

É evidente que também modificamos um pouco o sistema de vida deles. Sobretudo, como estávamos lá filmando e não tínhamos tempo de provar a nossa subsistência (e além do que ninguém sabia caçar — alguns apenas sabiam pescar), tínhamos de trocar comida por algumas coisas. Nesse sentido levamos o comércio, o que na aldeia era uma relação econômica bastante diminuída porque normalmente cada pessoa provê a sua subsistência, faz sua casa, seus utensílios etc. Na tribo, falando em termos econômicos, não há um mercado suficiente para que exista consumo. Dessa forma, éramos os embaixadores do consumo, infelizmente.

UMA VIAGEM INTERIOR

AS — *Uirá* mostra a hierarquia numa tribo indígena? Função dos caciques, dos chefes de famílias, das mulheres etc?

GD — Não. É a história de uma viagem interior, a trajetória do índio ao fundo de si mesmo e os percalços enfrentados por ele nessa viagem.

AS — O filme vai a algum festival internacional?

GD — Deve ser exibido em maio na *Quinzena dos Realizadores (Festival de Cannes)*, uma mostra não-competitiva, mas à qual estão presentes jornalistas do mundo inteiro. Interessa-me que seja visto.

HHA — Qual foi seu primeiro contato com a cultura indígena?

GD — Há 15 anos assisti a um filme amador em São Paulo sobre uma expedição de caça ao Araguaia no qual de repente aparecia uma choça indígena com quatro ou cinco índios maltrapilhos. O cinegrafista desprezou: «Eles estavam lá doentes, acho que iam morrer. Eram os últimos de uma tribo de 400». Isso foi uma coisa que me impressionou bastante. A partir daí comecei a ler muito sobre o assunto, especialmente antropologia e etnografia. Para a realização de *Uirá* meus estudos se voltaram, do lado estrangeiro, ao livro «*Tristes Trópicos*», de Lévi Strauss, e do lado nacional, à obra de Darci Ribeiro, inquestionavelmente quem tratou o problema com maior amplitude e profundidade.

A PRIVATIZAÇÃO

DO ENSINO E OS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO

ROBERTO LEVY BENATHAR

A Lei de Diretrizes e Bases ou Lei 4024/61, como se sabe, foi responsável pela descentralização do ensino no País, possibilitando maior e mais ampla autonomia a Estados e Municípios na organização de seus currículos escolares e na elaboração de seus programas educacionais.

Na cerne desta autonomia estão os Conselhos Esta-

O legislador fez com que a Lei contribuisse, pela própria formulação de seu artigo 10, que criou os Conselhos Estaduais de Educação, para que estes Conselhos, em cada Estado venham se tornando guardiões dos propósitos da empresa privada.

A primitiva redação deste artigo dizia:

"A lei estadual organizará conselhos estaduais de educação, constituídos de membros de livre nomeação do poder público e de representantes escolhidos pelos educadores que integrem o ensino público e privado dos diferentes graus".

A redação que ficou, diz:

"Os Conselhos Estaduais de Educação organizados pelas leis estaduais, que se constituíram com membros nomeados pela autoridade competente incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de

notório saber e experiência em matéria de educação exercerão as atribuições que esta lei lhes consigna".

Embora a formulação primitiva fosse mais direta e mais precisa ambas as formu-

duais de Educação. A eles compete estimular, orientar, sugerir, propor, superintender etc. todas as atividades de educação que se desenvolvam no respectivo Sistema Estadual de Ensino. Ressalte-se que tais competências estão implícitas no conjunto da Lei e não, especificadas em determinado artigo.

lações não preconizaram a proporção de representantes do magistério particular, fase ao oficial. A ausência dessa proporção e a presença de expressões ambivalentes do tipo "notório saber e experiência", fez com que as As-

sembléias Legislativas Estaduais ao organizarem os Conselhos de Educação de seus Estados também nada explicitassem a respeito. Como a educação média no Brasil está, em grande número de Estados, absolutamente do-



O COMÉRCIO DO ENSINO FOI DERROTADO PELO PODER PÚBLICO, MAS AINDA NÃO MORREU DE TODO

minada pelo ensino privado, pode-se de imediato antever a interpretação que seria dada ao "notório saber e experiência". Os Conselhos Estaduais de Educação passaram a ter a maioria de seus membros egressos do magistério particular.

Observemos, a título de exemplo, a Lei Estadual número 6742 de primeiro de dezembro de 1971 que reestruturou o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Diz ela em seu artigo 3.º:

"A escolha dos membros do Conselho Estadual de Cultura recairá sobre pessoas de notória qualificação educacional e cultural".

E complementa no parágrafo único deste artigo:

"O Conselho Estadual de Educação terá representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular".

Como podemos observar, o artigo 3.º e seu parágrafo único, na Lei Estadual nada mais fazem do que desdobrar o artigo 10 da Lei Federal n.º 4024/61 mantendo, "ao pé da letra" suas expressões ambivalentes.

Assegurada a possibilidade de dar maioria aos representantes do ensino particular, os legisladores do Estado do Rio de Janeiro, no restante da Lei, procuraram inovar, no novo Conselho, algumas filigranas de pouca importância, como sejam, impossibilidade de recondução ao cargo por mais de uma vez; assessoria composta de diplomados em educação, etc.

AVANÇO DO SETOR PÚBLICO

Ora, sabemos que no Estado do Rio de Janeiro, das cerca de quinhentas escolas de educação média, apenas cinquenta são oficiais, aberração "sui generis" no mundo. Nesta conjuntura, é lícito acreditar que os colegiados de educação que deveriam mobilizar as inovações comunitárias em educação, desviaram-se do propósito para o qual foram criados e passaram a se ocupar com a manutenção, segurança e perpetuação da escola particular — ainda dominante entre nós.

A Guanabara, à época da promulgação da Lei n.º 4024/61 possuía cerca de 250 ginásios, dos quais quase 200 eram de propriedade particular.

De 1962 para cá, o Estado abriu um sem número de escolas oficiais, praticamente, "decretou" a falência do ensino privado de primeiro grau. A Lei Federal n.º 5692/71 apanhou o Estado — talvez o único da Federação — pronto para dar educação gratuita de oito anos a toda população escolarizável entre sete a quatorze anos.

Mas, atentemos bem, se de um lado a nova Lei assim nos apanhou, também apanhou o Conselho Estadual de Educação preparado para garantir a segurança do ensino privado. Explico-me: enquanto a Lei assegura a obrigatoriedade de oito anos de ensino de primeiro grau, o Conselho Estadual de Educação impede as transferências da escola privada para a pública, a pretexto de não desempregar professores.

A população guanabari-na, das pouquíssimas do País bastante politizada e cuja consciência pública para educação é larga, insistiu pressionando de todas as maneiras e acabou vitoriosa. O ensino de primeiro grau está terminando na escola privada, exceção feita a alguns poucos Colégios que sobreviverão, seja pela qualidade, seja pela clientela que os prefere. Passamos de 20% de Colégios oficiais contra 80% de particulares, para 80% de oficiais contra 20% de particulares. Nossa meta deverá ser a de muitos países do mundo: 94% de Colégios oficiais contra 6% de colégios particulares.

Vitorioso o ensino público de primeiro grau, garantidas as transferências da rede privada para a pública, assegurada — graças ao esforço da população — a falência do ensino privado de primeiro grau; volta-se o Conselho Estadual de Educação para o ensino de segundo grau. Refiro-me às pretensões de Conselheiros vinculados ao ensino particular — alguns não apenas vinculados, mas prósperos proprietários de estabelecimentos de ensino médio — em intuir o poder público a cobrar o chamado ensino profissionalizante de segundo grau. Se o sofisma utilizado para impedir as transferências para a rede pública de primeiro grau foi o desemprego de professores, o sofisma agora utilizado é o de que o primeiro grau é obrigatório por Lei, mas o segundo não. Como se sabe, a Lei entende como gratuidade obrigatória, no mínimo, o ensino de primeiro grau e não, como obrigatório, só o ensino de primeiro grau. Este "mínimo" não impede, é óbvio, a extensão ao segundo grau.

O NOVO JOGO

A Guanabara, cujo Sistema Escolar comporta plenamente a superação do "mínimo" estabelecido em Lei, pode oferecer educação gratuita à sua população, até a conclusão do segundo grau.

O que se quer, o que se deseja com esta nova manobra é anular a conquista do ensino público obtida pela Guanabara, dos poucos Estados da Federação a conseguí-lo em tão alto percentual. O que se pretende com esta manobra é um retrocesso histórico a uma situação há muito superada

nos países de alto grau de cultura e que entre nós é uma triste herança do passado: oficializar a privatização do ensino, procurando auferir lucros da educação.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, pela palavra nobre do ilustre professor José Reis, em editorial na Revista Ciência e Cultura 25 (2), intitulada "Ensino pago ou gratuito?" assim se expressa:

"Talvez estejamos errados, mas acreditamos que a gratuidade do ensino é tendência natural da moderna educação pública no Brasil e talvez um de seus fenômenos irreversíveis".

Em outro editorial, o Professor Reis, na Revista Ciência e Cultura 24 (12), sob o título, "Quem asfixia quem?", assinala:

"O problema, parece, não é impedir a "asfixia" do ensino privado, mas exatamente o inverso, isto é, impedir a desintegração do ensino público, sob pressões cuja origem é fácil perceber".

Quero crer que este deve ser um momento de ampla união de professores, de especialistas de educação, de pais e de alunos, na defesa da educação pública na Guanabara.

Sabemos que o ensino público é hoje, em nosso Estado, conquista indestrutível. Mas, devemos permanecer constantemente alertas na defesa desta indestrutibilidade.

Sabemos que as manobras do "comércio" de ensino são poderosas. Sabemos que eles estão emitindo os últimos esgares em nosso Estado. Porém, não devemos subestimá-los.

CURSOS EXISTENTES, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, EM ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1972

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	1.º CICLO		TOTAL	2.º CICLO	
		PÚBLICO	PARTICULAR		PÚBLICO	PARTICULAR
CEARÁ	383	87	296	240	75	165
MINAS GERAIS	1856	772	1084	1383	484	899
ESPÍRITO SANTO	322	113	209	174	74	100
MARANHÃO	293	133	160	135	24	111
BAHIA	651	230	421	467	208	259
SANTA CATARINA	586	455	131	231	95	136
SÃO PAULO	4086	3384	702	2419	1473	946
RIO DE JANEIRO	692	104	588	513	88	431

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1973

NILSON :

ATENÇÃO: VOU EXPLICAR
POR QUAL TENDÊNCIA DO
PERONISMO EU ME DEFINI!



POLITIKA

Director Responsável:
Enéas Resque

Editor: Hélio Contreiras

Direção e Redação:

Avenida Rio Branco, 133 — grupo 1.305
— Telefone: 232-1931

Colaboradores: Oliveira Bastos, Gilberto Paim, Murilo Marroquin, Benedito Coutinho, Edmar de Sousa, Wanderley Guilherme, Gerardo Mello Mourão, Philomena Gebran, Sebastião Nery, Everardo Guilhon.

Sucursais: São Paulo — Avenida 9 de Julho, 245 — 3.º andar — Tel.: 34-1627 (Paulo Pereira).

Fortaleza: Avenida Visconde do Rio Branco, 1484 — Telefone 26-6837 (Dario Macedo).

Distribuição: Fernando Chinaglia S.A. — Rua Teodoro da Silva, 907 — Grajaú — Rio — GB.

Composição e Impressão: Editora de Revistas e Publicações S.A. «ERICA» — Rua Sotero dos Reis, 62 — Telefone 254-4142.